



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ – UFPI  
CAMPUS SENADOR HELVÍDIO NUNES DE BARROS  
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM HISTÓRIA

FAGNA ALVES SÁ

**HISTÓRIA E MEMÓRIA DE UMA CIDADE SUBMERSA:**

Guadalupe e a Construção da Barragem de Boa Esperança na década de 1960.

PICOS-PI

2013

FAGNA ALVES SÁ

**HISTÓRIA E MEMÓRIA DE UMA CIDADE SUBMERSA:**

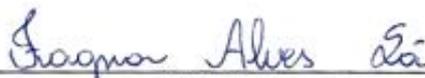
Guadalupe e a Construção da Barragem de Boa Esperança na década de 1960.

Monografia apresentada ao Curso de Licenciatura Plena em História, da Universidade Federal do Piauí – UFPI, Campus Senador Helvídio Nunes de Barros, como requisito parcial para obtenção do grau de Licenciada em História.

Orientador: Prof. Ms. Raimundo Nonato Lima dos Santos

Eu, **Fagna Alves Sá**, abaixo identificado(a) como autor(a), autorizo a biblioteca da Universidade Federal do Piauí a divulgar, gratuitamente, sem ressarcimento de direitos autorais, o texto integral da publicação abaixo discriminada, de minha autoria, em seu site, em formato PDF, para fins de leitura e/ou impressão, a partir da data de hoje.

Picos-PI 26 de setembro de 2013.

  
Assinatura

#### FICHA CATALOGRÁFICA

Serviço de Processamento Técnico da Universidade Federal do Piauí  
Biblioteca José Albano de Macêdo

**S111h** Sá, Fagna Alves.  
História e memória de uma cidade submersa: Guadalupe e a construção da barragem de Boa Esperança na década de 1960 / Fagna Alves Sá. – 2013.  
CD-ROM : il; 4 ¼ pol. (85 p.)

Monografia(Licenciatura Plena em História) – Universidade Federal do Piauí. Picos-PI, 2013.

Orientador(A): Prof. Msc. Raimundo Nonato Lima dos Santos

1. Guadalupe - Piauí. 2. História. 3. Barragem de Boa Esperança. I. Título.

**CDD 981.812 2**

FAGNA ALVES SÁ

**HISTÓRIA E MEMÓRIA DE UMA CIDADE SUBMERSA:**

Guadalupe e a Construção da Barragem de Boa Esperança na década de 1960.

Monografia apresentada ao Curso de Licenciatura Plena em História, da Universidade Federal do Piauí – UFPI, Campus Senador Helvídio Nunes de Barros, como requisito parcial para obtenção do grau de Licenciada em História.

Orientador: Prof. Ms. Raimundo Nonato Lima dos Santos

Aprovada em: 23 / 09 / 2013

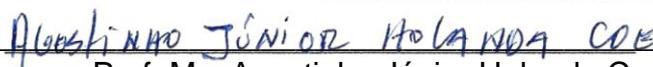
BANCA EXAMINADORA



Prof. Ms. Raimundo Nonato Lima dos Santos  
Orientador



Prof. Ms. Francisco Gleison da Costa Monteiro  
Examinador



Prof. Ms. Agostinho Júnior Holanda Coe  
Examinador

Ao grande EU SOU meu adorado Criador  
e Mantenedor, o meu DEUS!

E aos meus queridos e amados pais,  
Florismar de Sá Pereira e Maria Alves de  
Sousa Sá, por me educarem pra vida e  
por todo o amor a mim dedicado!

## AGRADECIMENTOS

Como já dizia Anitelli: “Sonho parece verdade quando a gente esquece de acordar”. Hoje, vivo uma realidade que parece um sonho, mas foi preciso muito esforço, determinação, paciência, perseverança, ousadia e maleabilidade para chegar até aqui, e nada disso eu conseguiria sozinha. Minha eterna gratidão a todos aqueles que colaboraram para que este sonho pudesse ser concretizado.

Grata ao meu Deus, o meu Porto Seguro, àquele que me presenteou com o bem mais precioso que poderia receber um dia, a vida, e com ela a capacidade para pensar, amar e lutar. Se muitas foram as lutas, maiores são as vitórias, e isso porque o Senhor se fez sempre presente, transformando a fraqueza em força e a derrota em vitória. Pelo seu amor infinito, sem Ele nada sou.

Agradeço aos meus pais, Florismar de Sá Pereira e Maria Alves de Sousa Sá, meus maiores exemplos. Obrigada por cada incentivo e orientação, pelas orações em meu favor, pela preocupação para que estivesse sempre andando pelo caminho correto. Por me ensinarem a viver com dignidade e sem medir esforços se doaram por inteiros e renunciaram aos seus sonhos, para que eu pudesse realizar os meus. A vocês, não bastaria um muito obrigado.

Às minhas irmãs, Fabiúlla e Fernanda, por todo amor e carinho, pelo companheirismo em todos esses anos, com vocês amadureci e aprendi responsabilidades da vida.

À minha amada vovó Têta, meu maior exemplo de humildade, agradevida sou pelas orações que sempre me abençoaram.

À minha querida prima-irmã Luciana, e à todos os meus familiares que contribuíram direta ou indiretamente para mais essa conquista.

Ao meu querido e amado, Márcio Roberto, por todo amor, carinho, paciência e compreensão que tem me dedicado e por não medir esforços em me ajudar nos problemas e nos momentos difíceis.

Ao Professor Raimundo Nonato Lima dos Santos, que com muita paciência e atenção, dedicou do seu valioso tempo para me orientar em cada passo deste trabalho. O meu sincero obrigada!

A todos os meus mestres e queridos professores: Francisco de Assis de Sousa Nascimento, Johny Santana de Araújo, Nilsângela Lima, José Lins, Ana Paula Canteli, Marylu Oliveira, Gleison Monteiro, Agostinho Coe, por toda

contribuição na minha vida acadêmica e por tanta influência na minha futura vida profissional.

Aos meus colegas de classe, em especial a minha querida e inesquecível panelinha: Cleyton Silva, Hortência Moura, Maica Emanuela e Elaine Tayana, a quem aprendi a amar e construir laços eternos. Obrigada por todos os momentos em que fomos estudiosos, brincalhões, atores, músicos e cúmplices. Porque em vocês encontrei verdadeiros irmãos. Obrigada pela paciência, pelo sorriso, pelo abraço, pela mão que sempre se estendia quando eu precisava. Esta caminhada não seria a mesma sem vocês.

À minhas amigas, irmãs e companheiras de “AP.” Samarytana, Thays, Stéfany e Ingrid por todo apoio e cumplicidade. De vocês sempre guardarei boas lembranças do nosso convívio no “Abacatão Residence”.

A todos os depoentes, Florismar de Sá Pereira, Coronel João Alencar, Maria do Carmo Mousinho, Maria da Conceição Santos Ferreira, Nelson Marcelino Gomes, Antônio Gomes e Maria Almeida Mousinho, sem vocês, este trabalho não seria possível de ser realizado. A vocês, o meu muito obrigado pelas memórias e conhecimento a mim repassados sobre a cidade de “Guadalupe Velha” e “Guadalupe Nova”.

Obrigada a todos que, mesmo não estando citados aqui, tanto contribuíram para a conclusão desta etapa e para a Fagna Alves Sá que sou hoje.

“Que todo o meu ser louve ao Senhor, e que eu não esqueça nenhuma das suas bênçãos!” Salmos 103:2.

“A alma cresce à altura daquela que admira”.

Ellen G. White

## RESUMO

O presente trabalho analisa a história e a memória da cidade de Guadalupe-PI, na década de 1960. Cidade esta que foi submergida devido a construção da Barragem de Boa Esperança. O principal objetivo desta pesquisa foi compreender as transformações urbano-sociais ocorridas nesta urbe, a partir da construção da referida barragem. As reflexões do texto seguiram o aporte teórico de Raquel Rolnik, Lobato Corrêa e Marconis Lima, entre outros. A metodologia utilizada foram fontes documentais – o Jornal da Saudade e o Memorial de Porto Seguro; e orais. E por meio da análise dessas fontes percebemos que o processo de destruição e construção da cidade de Guadalupe afetou profundamente a vida dos seus respectivos cidadãos, os quais não manifestaram uma organização e articulação de grupos ou movimentos contrários à mudança de Guadalupe “Velha” para Guadalupe “Nova” e, as melhorias urbanas beneficiaram apenas alguns segmentos sociais.

**Palavras-chave:** Cidade de Guadalupe – História – Barragem de Boa Esperança.

## **ABSTRACT**

This paper examines the history and memory of the city of Guadalupe-PI, in the 1960s. This city was submerged due to the construction of the Dam Good Hope. The main objective of this research was to understand the urban-social transformations occurring in this metropolis, from the construction of this dam. The reflections of the text followed the theoretical Raquel Rolnik, LobatoCorrêa and Marconis Lima, among others. The methodology used were documentary sources - Jornal da Saudade and Memorial Porto Seguro, and oral. And by analyzing these sources we realize that the process of destruction and construction of the town of Guadalupe has profoundly affected the lives of their townsmen, who have not expressed an organization and articulation of groups or movements oppose change of Guadalupe "Old" to Guadeloupe "New" and urban improvements have benefited only a few segments of society.

Keywords: Cityof Guadalupe – History – DamGood Hope.

## LISTA DE FOTOGRAFIAS

|   |    |
|---|----|
| Foto 01: Vista parcial da cidade de Guadalupe Velha (antiga Porto Seguro-PI), no Museu Memorial Porto Seguro.....         | 39 |
| Foto 02: A imagem de Nossa Senhora de Guadalupe (a padroeira da cidade), localizada na Praça da Matriz em Guadalupe.....  | 42 |
| Foto 03: A Usina Hidrelétrica de Boa Esperança, vista do Satélite.....  | 48 |
| Foto 04 e 05: Os moradores de Guadalupe Velha, deixando a cidade.....   | 54 |
| Foto 06: Rua Quadra 04 no Bairro Vila Parnaíba.....   | 68 |
| Fotos 07: Ginásio (Quadra de esportes na Vila Boa Esperança).....   | 73 |
| Foto 08: Clube Mandacarú (atualmente pertence a Prefeitura Municipal de Guadalupe).....                                   | 73 |
| Foto 09 e 10: A antiga Escola Jardim da Infância Cleide Gueiros (atualmente funciona a Secretária da Educação).....       | 74 |
| Foto 11: O Clube Esperança (atualmente não pertence mais a CHESF) no bairro Vila Parnaíba.....                            | 74 |
| Foto 12: Vista aérea do Aeroporto da CHESF no bairro Vila Parnaíba. Ao centro do lado esquerdo está a pista de pouso..... | 75 |
| Foto 13: A Praça José Noé da Fonseca no bairro Vila Parnaíba.....   | 76 |

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

|  |    |
|--|----|
| Figura 01: Mapa político do estado do Piauí, destacando a localização do município de Guadalupe..... | 25 |
|--|----|

## **LISTA DE TABELAS**

|   |    |
|---|----|
| Tabela 01: As áreas desapropriadas pela Cohebe entre 1950 a 1960..... | 56 |
|---|----|

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

BEC – Batalhão de Engenharia e Construção

CEDEG – Centro Educacional Ebenezer Gueiros

CHESF – Companhia Hidro Elétrica do São Francisco

COHEBE – Companhia Hidro Elétrica de Boa Esperança

DEMABE – Departamento Municipal de Habitação

DNER – Departamento Nacional de Estradas de Rodagem

DNOSC – Departamento Nacional de Obras Contrás as Secas

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

JK – Juscelino Kubitscheck de Oliveira (Presidente do Brasil no período 1956-1961)

PAM – Projeto de Ajuda Mútua

SUDENE – Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste

## SUMÁRIO

|  |    |
|--|----|
| <b>INTRODUÇÃO</b> .....  | 16 |
| <b>1 DE UMA GUADALUPE “VELHA” PARA UMA GUADALUPE “NOVA”</b> .....                          | 23 |
| 1.1 O rio, as fazendas e a formação do povoado Porto Seguro.....                           | 23 |
| 1.2 Desenvolvimento político e econômico do povoado Porto Seguro.....                      | 32 |
| 1.3 Desenvolvimento urbano do município de Porto Seguro.....                               | 36 |
| <b>2 A CONSTRUÇÃO DA BARRAGEM DE BOA ESPERANÇA</b> .....                                   | 44 |
| <b>3 A NOVA GUADALUPE ENTRE A SAUDADE E O DISCURSO DO PROGRESSO</b> .....                  | 60 |
| 3.1 A Festa da Saudade.....  | 61 |
| 3.2 Vila Parnaíba e o seu processo de construção como vila operária na década de 1960..... | 66 |
| <b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....  | 80 |
| <b>REFERÊNCIAS</b> .....   | 82 |

## INTRODUÇÃO

*Velho Porto Seguro do passado,  
Imerso na memória de tua gente,  
Guardamos tua imagem duplamente...  
Foste Porto Seguro nos dois lados.*

*Guadalupe nasceu alvissareira,  
Como nasce n`alma o amor ardente,  
Guadalupe de outrora e do presente,  
Guadalupe da nossa Padroeira.  
[...]*

**Dimas Ribeiro da Fonseca**

Morador da Guadalupe Velha

Atualmente Guadalupe, um município piauiense situado na microrregião de Floriano, localizando-se na margem direita do rio Parnaíba, fica a 350 km da capital Teresina, possui uma população de 10. 268 habitantes e uma área territorial de 10.645 km<sup>2</sup>, (SILVA, 2011).

Mas no passado este município não existia, e sim outro, popularmente conhecido como Guadalupe Velha, antes da construção da Barragem de Boa Esperança e da inundação. Esta cidade se originou de um aglomerado de pessoas que fugiram do povoado de Porto Seguro (na margem esquerda do rio Parnaíba, no Estado do Maranhão) depois de uma enchente que o inundou, esses habitantes, refugiaram-se do lado direito do mesmo rio, mas já em terras piauienses, liderados pelo capitão Alexandrino Moreira Mousinho, que mais tarde nomeou o local com o mesmo nome de Porto Seguro.

E com a chegada de outras famílias o povoado foi crescendo e desenvolvendo seu comércio, este facilitado por meio de transportes fluviais, onde era constante a chegada e a partida de barcos a vapor e balsas com mercadorias e gentes. Em 11 de julho de 1929, o povoado foi elevado à categoria de vila, mas só em 26 de julho de 1938, com o Decreto Estadual de n. 107, desenvolveu a autonomia de cidade, (SILVA, 2011).

Devido a um Decreto-Lei n. 754 de 1934, a cidade alterou seu nome de Porto Seguro (pois por lei não poderia existir duas cidades brasileiras com o mesmo nome, e no caso já havia uma cidade com o nome de Porto Seguro na Bahia) para

Guadalupe, em homenagem a Nossa Senhora de Guadalupe, padroeira do município (SILVA, 2011).

Houve muitas transformações urbanas naquela cidade com o início das obras da barragem sobre o rio Parnaíba, que perduraram quase toda a década de 1960, sendo que a primeira unidade da Usina de Boa Esperança foi inaugurada no dia 7 de abril de 1970.

Dessa forma, buscamos de acordo com um dos principais ofícios do historiador que é o da investigação, através de estudos e pesquisas, fazer uma análise da história e da memória dos guadalupenses sobre os fatos que lhes ocorreram, mais precisamente na década de 1960, período de grandes transformações na vida dessas pessoas. E como já dizia Le Goff (1998, p.24) sobre a memória como o local que cresce a história, ou seja, “ela procura salvar o passado para servir o presente e o futuro”.

Em busca desta compreensão do sujeito no processo histórico, utilizamos depoimentos orais de pessoas que presenciaram a vida na cidade de Guadalupe-PI, antes da construção da Barragem de Boa Esperança e da inundação, como também na outra (nova) cidade, já depois da construção da Barragem e de planejada.

E diante disso, além das fontes orais, que foram de suma importância para esta pesquisa, os documentos escritos também me auxiliaram na construção dessa história de Guadalupe, destacando o antes e o depois da construção da Barragem de Boa Esperança e as mudanças que ocorreram com essa construção. Nesse sentido, acreditamos que,

Tradição [oral] e documentos [escritos] são elementos essenciais para o fazer histórico, porém, por circunstâncias diversas, às vezes, esses itens faltam ao pesquisador, privando-o de registrar pessoas e acontecimentos notáveis para uma comunidade. (SILVA, 2011, p.63).

Essa dificuldade se faz presente quando se procura investigar a memória de uma cidade. Sendo assim, para que a memória e eventos históricos se materializem, fazendo com que o sujeito histórico ultrapasse as barreiras geográficas e temporais, como afirma Foucault (2000):

O documento não é o feliz instrumento de uma história que seria em si mesma, e de pleno direito, memória; a história é, para uma sociedade, uma certa maneira de dar status e elaboração à massa documental de que ela não se separa. (FOUCAULT, 2000, p. 08).

Dessa forma, o uso de variados documentos é essencial para novas pesquisas, como fonte rica e diversificada de conhecimento, abrindo possibilidades para a construção de uma história particular e para a historiografia. Como também para questionamentos, novas interpretações e reflexões, que de acordo com Silva (2011, p. 64), “essa aproximação do historiador à fonte, leva-o a questioná-la e ter em mente o que extrair da mesma no contato inicial”.

Ao pesquisar sobre este tema – História das cidades – tivemos a intenção de ir além da história e da memória de Guadalupe e da construção da Barragem de Boa Esperança, desejando também tornar conhecida a experiência de vida, a memória e a versão daquelas pessoas mais pobres que certamente mal foram ouvidas, apoiada na ideia de Jim Sharpe de que,

[...] a história das “pessoas comuns”, mesmo quando estão envolvidos aspectos explicitamente políticos de sua experiência passada, não pode ser dissociada das considerações mais amplas da estrutura social e do poder social. (SHARPE, 1992, p.54).

E com esse propósito, analisamos algumas resistências em Guadalupe “Velha” contra a construção da Barragem e contra a partida para outra cidade, no caso Guadalupe Nova.

Os motivos e as razões que me impulsionou a querer iniciar esta pesquisa e a selecionar este tema, foi a curiosidade sobre o desenrolar da história de minha cidade natal e também o fato de querer tornar conhecida a história de vida daqueles agentes sociais, que foram os principais personagens do determinado momento histórico em análise.

Acreditamos que é de suma importância, para a sociedade guadalupense, uma investigação sobre as possíveis manifestações ou movimentos contrários à construção da Barragem de Boa Esperança e sobre a transferência de uma cidade para outra, tendo em vista que essas questões ainda são pouco estudadas.

Além de trazer à tona esses questionamentos, a intenção deste trabalho foi dar uma contribuição de valor acadêmico e científico, pois este é um tema que traz uma discussão de como as cidades se constituem, portanto, é de interesse daqueles que queiram estudar sobre cidades, sua formação, desconstrução e construção, etc...

Esse trabalho também é relevante porque não se fecha, mas contribui de modo eficaz para o alargamento de pesquisas e estudos sobre cidades, e no caso específico, tornar conhecida a história da cidade piauiense de Guadalupe.

Neste sentido, as questões que nortearam este trabalho foram:

1. Que discursos foram produzidos para justificar a construção da Barragem de Boa Esperança na cidade piauiense de Guadalupe?
2. Houve manifestações contra a mudança para outra localidade?
3. Quais os impactos sociais e urbanos na vida dos guadalupenses?

Para responder estas perguntas utilizamos como fontes, o Jornal da Saudade, o Memorial de Porto Seguro, o Diagnóstico Participativo de Guadalupe – PI do ano de 2001. E para evidenciar se ocorreram manifestações analisaremos os depoimentos orais.

Para identificar os impactos sociais e urbanos naquelas cidades, a que foi destruída (Guadalupe “Velha”) e a que foi construída (Guadalupe “Nova”) no período em discussão, buscaremos apoio nos depoimentos orais, os Livros nº 03 e nº 03 “A”, de Transcrição das transmissões de Propriedades “inter-vivos” e “causa-mortis” a partir da década de 1950, período o qual deram início as primeiras desapropriações de terras para a construção da Barragem de Boa Esperança.

Mas, para analisar essas fontes e a temática deste estudo, utilizamos variados aportes teóricos. Na análise do conceito de cidade dialogamos com a urbanista Raquel Ronilk (1988), com seu livro “O que é cidade” que muito contribui para a construção deste texto, pois a mesma acredita que as cidades são continentes das experiências humanas, e através dos seus registros e de sua escrita ela materializa sua própria história. Pois, o próprio espaço urbano é capaz de contar parte de sua história.

Outro forte arcabouço teórico foi a obra de Lobato Corrêa (2000) “O espaço urbano”, que nos auxiliou na compreensão da formação do espaço urbano e na utilização deste, pelos agentes que o produzem.

Além de várias outras pesquisas, como a do historiador Marconis Fernandes Lima (2007) “CIDADE DA BOA ESPERANÇA: Memórias da construção da usina hidrelétrica em Guadalupe-PI”, que analisa o processo de modernização nacional e os seus reflexos no Piauí, especialmente na cidade de Guadalupe, devido a obra da usina Hidrelétrica de Boa Esperança.

O livro do professor Raimundo Nonato Lima dos Santos (2007) “TIMON, uma Flor de Cajazeira: do povoamento à vila”, que analisa o processo de ocupação de Timon até a sua elevação à categoria de Vila, assim ajudando a entender o processo de formação do povoado de Porto Seguro, atual Guadalupe.

A partir da análise das transformações urbano sociais da referida cidade, buscamos respostas para a problemática do referido tema. Sempre fazendo a interlocução e a ligação entre o antes e o depois da Barragem de Boa Esperança para aquela população da época e, principalmente, enfatizando os impactos sociais sob os mesmos. Assim, trabalhamos com a História Oral, que para nós constituiu um desafio, uma vez que esta é a nossa primeira experiência no campo da investigação histórica. Sobre esta questão Paul Thompson (1992) explica que:

O desafio da história oral relaciona-se, em parte, com essa finalidade essencial da história. Essa é uma importante razão por que ela tem excitado tanto alguns historiadores e amedrontado tanto outros. Na verdade, temer a história oral como tal não tem fundamento. (THOMPSON, 1992, p. 21-22).

Por isso, nossa proposta de trabalhar também com a memória dos habitantes de Guadalupe, pois, apesar do desafio, compartilhamos da ideia de que,

A memória oral é um instrumento precioso se desejamos constituir a crônica do cotidiano. [...] A história, que se apoia unicamente em documentos oficiais, não pode dar conta das paixões individuais que se escondem atrás dos episódios. [...] A memória oral, longe da unilateralidade para a qual tendem certas instituições, faz intervir pontos de vista contraditórios, pelo menos distintos entre eles, e aí se encontra a sua maior riqueza. (BOSI, apud LIMA, p.100).

Esses habitantes apesar de terem construído essas “duas cidades” uma “Velha” e outra “Nova”, tornam-se uns dos principais colaboradores dessa viagem ao passado, presente e futuro como nas palavras de Arroyo,

O passado é um componente do presente e só pode ser explicado por ele, o presente contém elementos de um futuro não realizado, e é apenas a partir dele que o futuro pode ser percebido. O presente desempenha uma função dupla: de um lado, é capaz de definir a si mesmo, e, de outro, definir o passado e o futuro. (ARROYO, apud SILVA, p. 37).

Certamente os guadalupenses passaram por momentos muito apreensivos depois de terem sido expulsos da velha Guadalupe, buscavam caminhos, tinham desejos e medos, pois de certa forma seus destinos estavam ligados à nova cidade que construiriam. E na mesma perspectiva Calvino (1990, p.22) compara as cidades com os sonhos, pois elas são “construídas por desejos e medos”.

Ao iniciar uma “pré-pesquisa” sobre a temática que estamos discutindo e para uma devida construção dessa monografia, nos deparamos com dificuldades para encontrar documentos oficiais sobre a época em análise, e por esta razão, entre outras, decidimos trabalhar com a História Oral, pois,

É um procedimento integrado a uma metodologia que privilegia a realização de entrevistas e depoimentos com pessoas que participaram de processos históricos ou testemunharam acontecimentos no âmbito da vida privada ou coletiva (NEVES, In: PINHEIRO, apud SANTOS, 2007, p. 19).

O uso de fontes orais neste trabalho foi realizado com cautela, pois sabemos que,

A memória é seletiva – assim como disseram Halbwachs (1990) e Pollak (1989); ela oculta as lembranças de traumas e sofrimentos do passado para que os indivíduos retornem a uma vida normal. (SANTOS, 2007, p.45).

Tendo vista que, a experiência dos guadalupenses e, especialmente, os entrevistados para a realização desse estudo, sofreram grandes perdas e o impacto causado foi e ainda é uma constante na vida dessas pessoas que tiveram que dar continuidade a suas habitualidades em um contexto estranho e desconhecido. Entretanto, estamos cientes de que, a memória é uma fonte diversificada de informações, as quais devem ser apreciadas e valorizadas.

Este estudo foi organizado em três capítulos. No primeiro capítulo – De uma Guadalupe “Velha” para uma Guadalupe “Nova”. O primeiro tópico apresenta um breve panorama histórico da origem e formação do povoado de Porto Seguro. Destacamos a importância do rio Parnaíba para este referido povoado e as fazendas de gado que contribuíram para o seu processo de formação enquanto núcleo urbano.

O segundo tópico, fala do desenvolvimento político e econômico do antigo povoado de Porto Seguro, que viria ser a cidade de Guadalupe Velha, que foi

submersa. No terceiro e último tópico deste capítulo, abordamos o desenvolvimento urbano do município de Porto Seguro.

No segundo capítulo – A construção da Barragem de Boa esperança. Tratamos dos meios que foram utilizados para se chegar a iniciar o Projeto da construção dessa barragem, os boatos na cidade velha de Guadalupe, as formas de resistência daquela população, a mudança para Guadalupe nova e as ditas “melhorias” que ocorreram com a transferência da cidade e com a construção da barragem.

No terceiro capítulo – A Nova Guadalupe entre a saudade e o discurso do progresso. Abordamos no primeiro tópico, a grande saudade da cidade velha ainda persistente na vida dos guadalupenses, representada a partir da Festa da Saudade. E no segundo e último tópico, a partir de uma análise do bairro operário Vila Parnaíba, constituído devido a construção da barragem e das obras da usina, perceber que as melhorias beneficiaram mais apenas alguns segmentos sociais da nova Guadalupe.

## **CAPÍTULO I:**

### **De uma Guadalupe “Velha” para uma Guadalupe “Nova”.**

#### **1.1. O rio, as fazendas e a formação do povoado Porto Seguro.**

“De Guadalupe ‘Velha’ para uma Guadalupe ‘Nova’”, assim como ficou popularmente conhecida e denominada a história dessas duas cidades, depois da transferência de uma para outra. Para compreender melhor essa denominação é necessário nos reportarmos a algumas décadas atrás e investigar a história dessas cidades. E é a partir dessa abordagem sobre cidade, que podemos entender melhor como se sucedeu esse processo de mudanças e transformações. E dessa forma, daremos início à história de Guadalupe.

Mas, antes de tudo é necessário uma breve abordagem sobre o conceito de cidade. Para isso, consultamos primeiramente o Dicionário de conceitos históricos dos autores Kalina Vanderlei Silva e Maciel Henrique Silva (2009, p. 51), ambos afirmam que o conceito de cidade pode variar de acordo com o contexto histórico observado de cada uma, mas contemplando esse conceito de um modo geral, cidade seria “Um aglomerado populacional organizado em um espaço geográfico específico, que possui administração própria, e onde a maioria dos habitantes não trabalha na produção de alimentos”.

Compactuando desta mesma ideia, temos Raquel Rolnik (1995, p. 12) uma urbanista bastante conhecida nessa área de estudo sobre cidade, e ao procurar uma definição para esta, a autora percebeu que entre as diferenças das cidades de outros tempos e as cidades do século XXI, existe uma característica comum a ambas, mesmo em contextos diferentes, seria compará-las a um ímã que atrai as pessoas. “[...] uma característica essencial da cidade de qualquer tempo ou lugar [...] foi a de um ímã, um campo magnético que atrai, reúne e concentra os homens”.

E partindo dessa análise ela vai dividir a cidade em quatro dimensões: na atrativa, ela se assemelha a um ímã, por atrair as pessoas; na registrativa, as suas construções, ruas, etc., são escritas, textos que contam a sua história; na política, essas pessoas atraídas se reúnem para discutir e organizar o seu espaço; no mercado, onde ocorrem as divisões do trabalho.

E complementando melhor essa ideia de cidade, temos que ter também uma compreensão melhor do que seria o espaço urbano. Diante disso, o geógrafo Roberto Lobato Corrêa (2000) interpreta este espaço em quatro momentos de apreensão: fragmentado, por este, está dividido em partes; articulado, devido cada uma de suas partes manterem relações espaciais entre si; como reflexo da sociedade, por conter as marcas das ações tanto do passado como do presente dessa sociedade e por último, o espaço urbano como condicionante da sociedade, por ser este espaço quem oferece a reprodução das condições de produção.

E agora, voltando à atenção para uma análise histórica, o historiador francês Michel de Certeau (2008) têm a compreensão de cidades através das formas de representação das práticas sociais. Aonde as “caminhadas” dos indivíduos pela cidade que irão defini-las e defini-los.

Já a historiadora Sandra Jatahy Pesavento (2007) abrange outra perspectiva de cidades. A autora pensa as cidades sendo construídas por meio dos sentimentos, atribuindo a isso, o fato das cidades serem vividas e sentidas pelo homem.

Afinal, o que chamamos de ‘mundo real’ é aquele trazido por nossos sentidos, os quais nos permitem compreender a realidade e enxergá-la desta ou daquela forma. Pois o imaginário é esse motor de ação do homem ao longo de sua existência, é esse agente de contribuição de significados à realidade, é o elemento responsável pelas criações humanas, resultem elas em obras exequíveis e concretas, ou se atenham à esfera do pensamento ou às utopias que não realizaram, mas que um dia foram concebidas. (PESAVENTO, 2007, p. 11 e 12).

Contudo, seu pensamento abre um enorme espaço para o estudo das cidades, pois é possível, senti-las e percebê-las, através de uma variedade de fontes que são produzidas pelo homem dentro da própria cidade, e são elas: documentos, história oral, teatro, imagens, fotografias, pinturas, poesias, filmes, ficção, jornais, dentre outros.

Diante disso, iniciaremos, então, a história da cidade de Guadalupe – PI. Este município têm como limites ao norte e oeste o Estado do Maranhão e a Barragem de Boa Esperança e ao sul os municípios de Marcos Parente e Porto Alegre do Piauí, e a leste Jerumenha. (AGUIAR, 2004, p. 02).

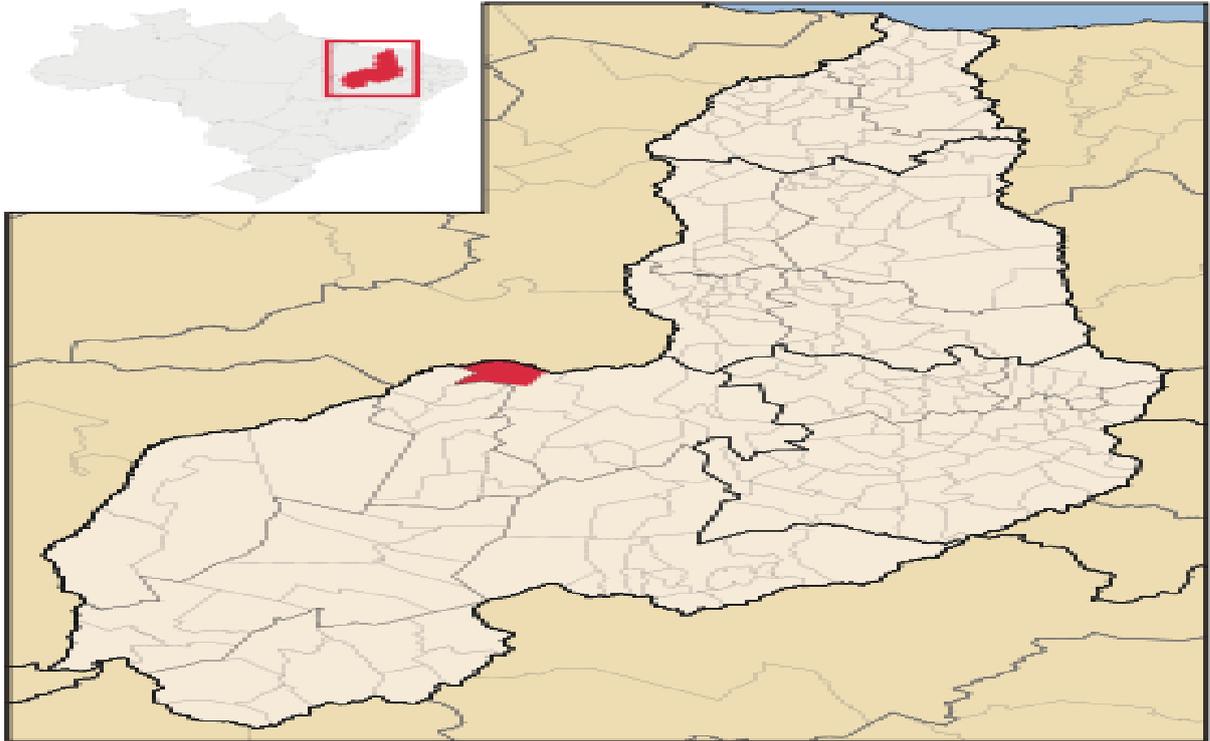


Figura 01: Mapa político do estado do Piauí, destacando a localização do município de Guadalupe. c.2013.

Fonte: <http://www.guadalupegospel.com>; Acesso em 17/08/2013.

Para dar início a história de Guadalupe neste primeiro momento, tomaremos como fontes importantes o Jornal da Saudade de 1975, cuja edição foi um especial para preservar a história de Guadalupe Velha, já submersa nas águas do Rio Parnaíba, depois de passados oito anos desse episódio. E o “Memorial Porto Seguro” Fundamentos Históricos de Porto Seguro – PI, desenvolvido pela Secretaria de Esporte, Turismo e Lazer de Guadalupe em 2008, em comemoração a inauguração do Museu e ao aniversário da cidade.

Estes memoriais nos relatam que, o começo da história de Guadalupe foi por meio das instalações de fazendas de gado. Sendo assim, percebemos que esse fato acaba se tornando uma característica comum para a maioria das cidades piauienses em suas origens. É como vai afirmar o historiador Luiz Mott (1985, p. 46), que no Piauí “Desde os seus primórdios foram as fazendas de gado que definiram a forma do sertão piauiense”.

Ainda compartilhando da mesma ideia o professor e historiador Solimar Oliveira Lima (2006) em seu estudo “Formas de controle e resistência dos trabalhadores escravizados nas fazendas públicas de pastoreio do Piauí: 1711-1871” vai dizer que

Quando o sertão nordestino ainda era mata virgem viu chegar em suas terras muito gado e poucos homens. Os animais levados e vigiados pelos homens buscavam maiores espaços para a reprodução. Os homens seguiam atrás, tomando posse de vários territórios. Dos latifúndios extraíram riquezas e poder, instalaram fazendas, povoaram as novas terras. O Piauí surgiu, assim, dos caminhos trilhados pelo gado. (LIMA, 2006, p. 433).

Assim, entendemos a grande importância das instalações de fazendas de gado tanto para o processo de povoamento do território piauiense, como para a origem de várias cidades do Piauí. Dessa forma, a origem da cidade de Guadalupe se encaixa nesse modelo. Outro exemplo disso, é a cidade de Francinópolis-PI, na obra apresentada pela historiadora Eliane Rodrigues de Moraes (2008), na qual constata essa mesma característica de povoamento, além dos processos emigratórios de famílias cearenses para o Piauí, sendo este também o contexto histórico da origem do povoado da cidade de Guadalupe.

Pois, de acordo com os memoriais aqui apresentados, foi a figura do “desbravador” cearense Alexandrino Moreira Mousinho, acompanhado de sua família, quem primeiro povoou estas terras.

Na década de 1920 quando a colonização e povoamento ainda se processavam lentamente, com instalações das chamadas fazendas dos coronéis do sertão e utilizando os mais rudimentares processos de exploração agrícola, uma figura se impôs ao desafio do debatido e vasto território piauiense que, utilizando seus próprios recursos e tirocínio [aprendizado], desbravou o local situado à margem direita do Rio Parnaíba a 300 quilômetros da capital, denominado Porto Seguro e nele, assentou as bases de uma cidade. Trata-se do Capitão Alexandrino Moreira Mousinho que em pouco tempo promoveu o progresso da localidade. Dada a fertilidade de suas terras favorecendo a agropecuária, além de boa localização para o comércio decorrente da navegação do rio, formou-se em pouco tempo um núcleo populoso.<sup>1</sup>

O Jornal da Saudade traz uma abordagem do perfil do fundador Alexandrino Moreira Mousinho<sup>2</sup>. E com relação ao fundador e a origem do povoado piauiense

<sup>1</sup> SECRETARIA DE ESPORTE, TURISMO E LAZER, 2008, p. 04.

<sup>2</sup> Nascido em 1873 e falecido em 1947, de ascendentes originários de Umary, Estado do Ceará, nasceu em Boa Vista do município de Guadalupe, filho de Cândido José Mousinho e de Francisca Maria Mousinho. Desde a sua juventude procurou, por todos os meios, difundir entre o pequeno núcleo populacional por ele integrado, o ensino das primeiras letras através de rudimentares cartas de ABC manuscritas e cuidadosamente elaboradas. Acreditava que só através de um mínimo de conhecimento o homem poderia lançar os fundamentos de uma comunidade capaz de florescer. Assim, ensinando com os maiores sacrifícios, as primeiras

percebemos no depoimento do ex-prefeito Coronel João Cardoso de Alencar<sup>3</sup> (2013) que

Era Porto Seguro [no Maranhão, povoado situado na margem esquerda do Rio Parnaíba], por que o Maranhão é que era o povoado que tinha mais gente, quando foi em 1926, veio uma enchente e derribou o povoado todinho do Maranhão que chamava Porto Seguro. Depois eles vieram pro lado de cá, o lado direito e pegou o mesmo nome, e esse nome foi dado por Alexandrino Mousinho, o Alexandrino Mousinho quando chegou do Ceará em 1913, foi morar no povoado do Maranhão, aí ele que deu o nome do povoado Porto Seguro, quando foi inundado lá, e que se mudou pro lado do Piauí, e já tinha feito um aterro no lado Piauí, aí ele mudou também pro lado do Piauí, com o mesmo nome de Porto Seguro. Aí ele fez uma feira lá. (ALENCAR, 2013).

Então, primeiramente surgiu o povoado de Porto Seguro no Maranhão, os seus moradores, eram em sua maioria a família dos Mousinhos, que vieram do Ceará para o Maranhão. Depois de ter ocorrido a grande enchente, essas pessoas se mudaram para o outro lado do rio Parnaíba e logo depois o líder desse grupo Alexandrino Mousinho funda o novo povoado de Porto Seguro no Piauí.

Porém, há controvérsias, pois segundo uma das entrevistadas, a professora Maria do Carmo Mousinho<sup>4</sup> (2013), a primeira família dos Mousinhos a vir do Ceará para o Maranhão foi a do seu avô João Maria Mousinho (irmão de Alexandrino Mousinho), mas este teria se estabelecido no lado esquerdo do Rio Parnaíba, portanto no Maranhão.

Então, teve naquela época uma temporada muito forte de chuva e o terreno era só lama, e logo a propriedade ficou assim conhecida como Lama. E meu avô quando viu que a casa dele ia cair, a casa

---

letras e tabuadas, conseguiu alfabetizar as primeiras gerações. Considerado homem de lar e de apego a seus filhos, casou-se por três vezes, sendo viúvo dos dois primeiros casamentos. Além, do título de fundador da cidade, era detentor da patente de Capitão da Guarda Nacional, delegado, promotor de justiça substituto e coletor. Os grandes acontecimentos da vida política administrativa do município registram que Alexandrino era um vibrante orador e acentuadamente combativo. (**Jornal da Saudade**. Ano I, Nº. 01 / Guadalupe 27 de dezembro de 1975, p. 01).

<sup>3</sup> Nasceu em Guadalupe Velha, advogado provisionado inscrito na OAB nº 530/77, foi o prefeito da transferência de uma cidade para a outra, governando de 1967 a 1971. Coronel da polícia Militar fez oito meses de curso de padoleiro no exército, depois fez curso de cabo, sargento e combatente. Foi escolhido sargento comandante do contingente do setor da Segunda Guerra Mundial, onde dava cobertura a todo o litoral piauiense, em Parnaíba.

<sup>4</sup> Nasceu em Guadalupe Velha, vivenciou a transferência de Guadalupe Velha para a nova cidade. Trabalhou como professora nas empresas Mendes Junior, Projeto Jonas de Barros, COHEBE e atualmente trabalha na CHESF.

dele por que era de palha, logo ele fez um cocho e veio para o Piauí. Quando ele chegou ao Piauí, lá em Guadalupe Velha, a margem do rio, era assim parecia cimento, era a coisa mais linda se você pudesse ver, parecia um cimento assim, no chão, quando ele pisou o pé lá ele disse assim: Ah! Aqui o porto é seguro. (MOUSINHO, 2013).

E assim, afirma a dona Maria do Carmo, que João Maria Mousinho foi o primeiro a construir uma casa e morar no lado direito do rio, que era o lado do Piauí, e logo depois desse episódio, chamou o lugar de Porto Seguro, devido a sua expressão (Ah! Aqui o porto é seguro). Ela ainda relata que

O meu avô [João Maria Mousinho] não tinha muita cultura, naquele tempo não era letrado, como eles chamavam não era letrado, como começou a se desenvolver, assim, através do comércio, da própria produção de Guadalupe [Porto Seguro], ele mandou chamar o irmão dele pra cá, que era o Alexandrino Mousinho, muito inteligente, poeta, era o estudioso dos irmãos e outro professor que era irmão dele o Antônio Gonçalves. Então ele manda chamar o meu tio Alexandrino pra cá, aí o meu tio, todo documento era escrito com o nome dele, nunca vai deixar de ser o desbravador Alexandrino Mousinho, por que todo documento de Guadalupe foi escrito com a letra dele, por que meu avô não sabia escrever. Então o Alexandrino como nós sabemos ficou sendo o desbravador por este motivo aí. (MOUSINHO, 2013).

Outro que não se difere desta afirmação, da entrevistada Maria do Carmo Mousinho, é o autor do livro “Guadalupe: a fênix-luz e a sua história”, Ronaldo Alves Mousinho (2013), porém, este faz uma pesquisa e análise mais aprofundada a respeito do assunto.

Tudo principiou no alvorecer do século XIX, por volta de 1825/30, quando o cidadão português, João Maria Thomas Mousinho [avô de João Maria Mousinho e Alexandrino Mousinho], procede de Portugal, veio para o Brasil, fazendo parada no estado do Ceará, dali prosseguindo ao estado do Piauí e fixando-se na antiga e pequena cidade de Jerumenha, fundada em 1750. Dado ao conhecimento da prática cartorária, João Maria Thomaz Mousinho assumira o tabelionato do cartório de Jerumenha, casa-se com uma moça da família Saraiva, natural do antigo povoado Vão do Urucu-PI, hoje cidade de Antônio Almeida. Mais tarde adquire uma grande propriedade rural denominada fazenda Boa Vista, próxima à margem direita do rio Parnaíba, nas cercanias da velha Guadalupe, onde passa a residir com a esposa. Naquela fazenda nasceu-lhe o único filho, ao final da década de 1820, Cândido Hermeto Mousinho [...] Com a morte do pai, Cândido muda-se, na década de 1860, para o estado do Ceará, conduzindo o gado que o pai lhe deixou de herança, e fixa residência na cidade de Umari. Ali, casa-se com uma jovem de apenas 11 anos, de nome Francisca Maria Oliveira, filha de um tal Cel. Oliveira. Cândido José, após casar-se e se estabelecer em Umari-CE, empreendia regulares viagens para o Piauí, pousando na fazenda Boa Vista. Aquelas frequentes viagens, Cândido realizava em atividades comerciais de gado, porém, com o nascimento do filho

caçula Alexandrino Moreira Mousinho, em 1873 na fazenda Boa Vista, passa a morar definitivamente em Umari-CE. Os dois filhos mais velhos de Cândido, Antônio Gonçalves Mousinho e João Maria Mousinho já haviam nascidos, em 1867 e 1868, respectivamente, no estado do Ceará. (MOUSINHO, 2013, p. 13 e 14).

Então, de acordo com Ronaldo Mousinho, Cândido permanece na fazenda Boa Vista, no Piauí, por quase 40 anos, antes de se mudar para a cidade de Umari-CE. Mas apesar de se estabelecer nesta cidade, este continuou por meio de viagens para o Piauí, a manter ainda relação de atividades comerciais de gado, na fazenda Boa Vista.

Decorridas duas décadas desde que Cândido fixou residência definitiva em Umari-CE, o filho, João Maria Mousinho, viaja para o Piauí, por volta de 1889, pousando na fazenda Boa Vista, bem de herança deixada pelo avô, trazendo gado para aquela propriedade, onde chega com apenas algumas cabeças [de gado] vivas, em razão da longa viagem em época de forte seca. Vindo a saber que à margem esquerda (maranhense) do rio Parnaíba havia o povoado Porto Pinguela, futuro Porto Seguro [MA], onde o comércio transcorria em grande prosperidade, pra lá João Maria Mousinho mudou-se, em companhia da esposa Antônia Oliveira Mousinho. (MOUSINHO, 2013, p. 14).

Atentamos, agora, para essa questão da constante presença da família dos Mousinhos na fazenda Boa Vista, isso nos leva a acreditar que ali foram se estabelecendo um pequeno núcleo habitacional ao redor desta fazenda. Mas como já havia a existência de um núcleo mais desenvolvido, o povoado Porto Pinguela no Maranhão, João Maria optou por este, embora não tenha se desvinculado do lado piauiense, o qual sempre esteve mantendo relações, devido ao trânsito de barcos e canoas entre o Piauí e o Maranhão, que acabaram por configurar naquelas regiões, uma espécie de portos.

Embora residindo no povoado maranhense, João Maria Mousinho logo empreendeu as primeiras ações para configuração de um núcleo populacional somado ao núcleo do Porto das Barcas, que veio a denominá-lo Porto das Melancias, em alusão a uma sua propriedade agrícola com farta produção de melancia, às margens piauienses do rio Parnaíba, em frente ao Porto Pinguela [também era conhecido com Porto da Lama, por causa do baixo nível das águas do rio Parnaíba nas terras deste povoado]. Isto na primeira década do século XX. Ao mesmo tempo, investia na fazenda Boa Vista, vindo a adquirir posteriormente novas propriedades. Em 1903, o irmão mais novo de João Maria Mousinho, Alexandrino Moreira Mousinho, procede da cidade de Umari-CE, já adulto retorna ao Piauí, juntamente com o irmão Antônio Gonçalves Mousinho, fixando-se ainda em Porto Pinguela [passa a denominar-se como Porto Seguro,

por uma sugestão de Alexandrino Mousinho que achava “pinguela” um nome malicioso], Maranhão. (MOUSINHO, 2013, p.15).

Dessa forma, o autor deixa esclarecidos pontos de crucial importância para entendermos o processo de origem dos povoados de Porto Seguro, primeiramente o que nasceu à margem maranhense, e depois por inundação e falta de segurança neste, o Porto Seguro no Piauí.

Os anos transcorrem e Alexandrino também começa a investir no solo piauiense, onde montou um comércio, denominando-o Casa da Feira, no lugar Coqueiro, hoje bairro de Guadalupe, entregando-o aos cuidados do também pioneiro Miguel Pereira de Alencar, que assumiu pessoalmente a marchanteria, sua especialidade. Assim, Miguel Pereira de Alencar muda-se para o solo piauiense com a esposa Marcolina, mãe do ex-prefeito João Cardoso de Alencar. Anos mais tarde, Alexandrino vende a Casa da Feira para o irmão João Maria Mousinho, que para lá se muda, utilizando-a também com residência... Em 1911, Alexandrino, objetivando o desenvolvimento econômico para aquele núcleo que o abrigava, convida o industrial e comerciante Adelino Ribeiro da Fonseca, que residia em Balsas-MA, para se estabelecer na Vila Porto Seguro maranhense. Convite aceito, Adelino para lá se mudou com sortido comércio e uma indústria beneficiadora de arroz [conhecida posteriormente, como Casa de Pilar Arroz do seu filho, Seu Beija Fonseca] e algodão. E ali permanece até 1926, quando a inundação do povoado obriga-o a mudar-se para a agora Vila de Bom Princípio, lado piauiense, juntamente com a maioria dos moradores do povoado maranhense. Na segunda década do século XX, os três irmãos se estabeleceram na margem direita do Rio Parnaíba, no núcleo instituído por eles, João Maria Mousinho, Antônio Gonçalves Mousinho e Alexandrino, e por este denominado, agora, Bom Princípio. Ali, Alexandrino cumpre a nova etapa de estruturação física e educacional para a vila Bom Princípio. E realizou aquele ideal, inspirado na disseminação do conhecimento, para ele imprescindível ao desenvolvimento daquele núcleo nascente, instrumentalizado com a visão empreendedora e de educador que era. (MOUSINHO, 2013, p. 15 e 16).

Na descrição de Ronaldo Mousinho, assim se formou a primeira “vila”, com o nome de Bom Princípio, no lado do Piauí, e que posteriormente seria o povoado de Porto Seguro-PI. Tendo como seu desbravador ou pioneiro João Maria Mousinho por que “fixou o núcleo original de Guadalupe”, e o seu fundador Alexandrino Mousinho, pois foi quem “sedimentou em suas bases estruturais e implementou lhes o progresso”.

Mas, como havíamos dito antes, há muitas controvérsias, entre as fontes pesquisadas, a respeito de quem chegou primeiro nas terras piauienses deste povoado em questão, e não só com relação ao seu primeiro fundador ou

desbravador, como também os vários nomes dados a este primeiro núcleo populacional. O Diagnóstico Participativo de Guadalupe informa que

O nome primitivo da antiga cidade foi 'Porto das Melancias', originado da fazenda Melancias propriedade do Senhor João Maria Mousinho. Em 1906 tornou-se povoado recebendo então o nome de 'Bom Princípio', sendo posteriormente chamado de 'Porto Seguro'. Este lugar era situado à margem do Rio Parnaíba, foi batizado por este nome pelo desbravador, o Capitão Alexandrino Mousinho.<sup>5</sup>

Segundo este diagnóstico, primeiramente existiu o Porto das Melancias, originário da fazenda Melancias, uma propriedade de João Maria Mousinho e o povoado da primeira cidade (Guadalupe Velha) surgem com o nome de Bom Princípio no ano de 1906 e logo depois é batizado pelo nome de Porto Seguro por Alexandrino Mousinho.

Mas para professora Maria do Carmo Mousinho, este é um erro “na história de Guadalupe que contam hoje, diz que o Porto Seguro era aqui nas Melancias, nesse tempo não tinha nem melancia aqui, não tinha nenhuma propriedade”. Mas o que é mais comum tanto na história oficial da cidade como também nas narrativas dos seus antigos moradores é que o seu desbravador foi Alexandrino Moreira Mousinho e o nome do povoado foi Porto Seguro.

Ao pesquisar sobre a história da origem da cidade de Guadalupe, foi possível perceber uma semelhança com a narrativa do filme *Narradores de Javé*, dirigido por Eliane Caffé, lançado em 2003. E compartilhamos das reflexões de Pesavento (2007, p. 22) de que um filme “recompõe, pela imagem em movimento, a expressão da vida na urbe, metrópole ou pequena cidade, a exhibir em composição as facetas da materialidade e da sociabilidade”.

Este filme retrata a história do povoado de Javé, no interior da Bahia, que estava condenado ao desaparecimento devido a construção de uma hidroelétrica. Para evitar que isso acontecesse era necessário apresentar um documento que comprovasse cientificamente a existência de algo de importante, um patrimônio histórico, em Javé.

E com isso para preservar a sua história, os moradores de Javé decidem registrar em um livro a grande história do Vale de Javé, mas havia um problema,

---

<sup>5</sup> DIAGNÓSTICO PARTICIPATIVO DE GUADALUPE, 2001, p. 03.

pois a maioria da população era analfabeta. Então surge o personagem Antônio Biá, o ex-carteiro, um dos poucos alfabetizados, que recebe a função de escrever “a história científica” a partir dos diversos depoimentos dados pelos habitantes.

Nessa parte do filme, podemos fazer uma comparação entre o personagem Antônio Biá e o “fundador” capitão Alexandrino Mousinho, ambos foram de suma importância em um dado momento para a história dos seus respectivos povoados, pelo fato de serem alfabetizados. Pois, como vimos no depoimento da professora Maria do Carmo, Alexandrino Mousinho ficou conhecido na história de Guadalupe como o fundador, por essa vantagem de saber ler e escrever, sendo toda a documentação da cidade assinada por ele, mas para ela quem de fato fundou o povoado fora João Maria Mousinho, pois era quem detinha o poder e o dinheiro, mas, no entanto, tinha a desvantagem de ser analfabeto.

Outra característica comum ao filme é quando Antônio Biá vai ouvir as pessoas, cada uma delas conta uma história diferente a respeito da origem da região e do povoado. Cada uma conta na verdade a versão que lhes convêm, a história que fosse favorável aos seus antepassados. O mesmo ocorre nesta discussão sobre as origens do povoado de Porto Seguro, como também a própria questão do nome do povoado, pois como foi possível, percebemos muitas controvérsias entre a história oficial e a narrativa da professora Maria do Carmo.

## **1.2. Desenvolvimento político e econômico do povoado Porto Seguro**

Agora discorreremos um pouco sobre o desenvolvimento do povoado de Porto Seguro. Acreditamos que tal “evolução” se deu, entre outros fatores, devido a sua localização a margem do rio Parnaíba. Característica esta que ocorreu não somente com Guadalupe, mas também com várias outras cidades do mundo.

Um exemplo mais próximo é abordado no livro “Timon, uma Flor de Cajazeira: do povoamento à vila”, do professor e historiador Raimundo N. L. dos Santos (2007). Onde o mesmo afirma que o rio Parnaíba teve um papel fundamental no desenvolvimento das suas povoações ribeirinhas.

Este fator natural foi determinante para o povoamento deste povoado em discussão, tanto por parte da família dos Mousinhos como outras famílias, na maior

parte fazendeiros vindos do interior, juntos foram promovendo o desenvolvimento da região.

Com o crescimento do comércio, devido à navegabilidade fluvial do rio Parnaíba, ocorreu o aumento da produção de gêneros agrícolas de exportação. Segundo Alcebíades Costa Filho (2006) em “A escola do sertão: ensino e sociedade no Piauí (1850-1889)” a agricultura, no decorrer do século XIX, é uma atividade característica da família, desenvolvida em grandes ou pequenas propriedades, apenas para a subsistência dos produtores.

Quando havia excedente, este era comercializado nos pequenos mercados das cidades, vilas e povoados. Por sua vez, o cultivo de gêneros agrícolas era feito em três tipos de roças: as de terras secas; as de brejo, compreendendo o plantio em terrenos úmidos; e as roças de vazantes, que abrangiam o cultivo às margens dos rios. (FILHO, 2006, p. 25).

Nesse contexto, certamente o povoado de Porto Seguro se enquadra, nas roças de vazantes, já que o seu desenvolvimento, tanto de povoado à vila, e o crescimento comercial, foram principalmente por causa do rio Parnaíba, este que foi o motor impulsionador para o desenvolvimento emancipacionista político e econômico de Porto Seguro-PI. Mas embora houvesse esse motor, o *Jornal da Saudade*, afirma que existiram outros obstáculos.

Vencidas algumas dificuldades de ordem jurídica, o sonho dos fundadores do modesto povoado de Porto Seguro, transformou-se em realidade numa tarde do dia 25 de agosto de 1929 em que foi lavrada, lida e assinada a ata de instalação com a presença de autoridades municipais e estaduais.<sup>6</sup>

Segundo Ronaldo Mousinho (2013), apesar da fase de prosperidade ter passado uma imagem positiva do povoado para as autoridades da capital piauiense, outro fator foi indispensável para essa conquista.

Outro fator imprescindível para a emancipação de Guadalupe [povoado de Porto Seguro-PI] deve-se ao ex-líder político e intelectual Artur de Araújo Passos, natural de Jerumenha. Frustrado com algumas atitudes de um correligionário político e também líder político, Artur Passos deixa a cidade natal e muda-se para a capital piauiense, onde discretamente articula o desmembramento da vila de

---

<sup>6</sup> **Jornal da Saudade**. Ano I, Nº. 01 / Guadalupe 27 de dezembro de 1975, p. 02.

Porto Seguro da cidade de Jerumenha, a que era vinculado. Artur Passos vai ao povoado Porto Seguro visitar o líder político Alexandrino Mousinho, para compartilhar suas articulações políticas. O encontro deu-se na residência de Né Mousinho [Manuel Mousinho] onde, naturalmente, Artur Passos recebeu adesão total de Alexandrino, quanto dos demais líderes políticos e de cidadãos participantes do encontro. (MOUSINHO, 2013, p. 28).

E conseqüentemente, foi aliado a esses esforços políticos, que Porto Seguro é elevado à categoria de vila e município, no dia 25 de agosto de 1929, como consta no Decreto Lei Estadual nº. 1251, de 11 de junho de 1929.

#### Decreto Lei Estadual Nº. 1251

Eleva à categoria de vila e município, com a denominação de Porto Seguro, a povoação do mesmo nome, à margem direita do Rio Parnaíba, do distrito de Jerumenha, comarca de Floriano.

O Dr. João de Deus Pires Leal, Governador do Estado do Piauí, etc. Faço saber a todos os seus habitantes que a Câmara Legislativa decreta e eu promulgo a seguinte Lei.

Art. 1º. – Fica elevado à categoria de vila e município, constituindo um distrito judiciário, com a mesma denominação, a povoação de Porto Seguro, a margem direita do Rio Parnaíba, do distrito de Jerumenha, comarca de Floriano, satisfeitas as formalidades do art. 6, nº. 1,2 e 3, da Lei nº. 522 de 30 de junho de 1909, e art. 1º da Lei nº 598 de 19 de junho de 1911.

Art. 2º. – Os limites do novo município serão: Com o município de Uruçuí, pelos antigos limites deste com o município de Jerumenha – Ribeirão Cataporas, da foz, no Parnaíba, Às Cabeceiras, ficando a margem esquerda pertencente a Uruçuí e a direita ao novo município; a oeste, e um pouco ao norte (atendendo a uma grande curva do rio), com o Estado do Maranhão, pelo Parnaíba, defrontando com um trecho, ao norte, do município de Patos, todo o município de Nova York [Nova Iorque-MA], e um trecho, no sul do município de Benedito Leite, todos maranhenses, parte do norte e todo o leste com o município de Jerumenha, pelos seguintes limites naturais, compreendendo as sesmarias banhadas pelos ribeirões limítrofes: Ribeira da Prata, da foz, no Parnaíba, até receber, a esquerda, o Ribeirão Cardoso, subindo por este até suas nascentes, ao povoado Tinguís sesmarias Serra, inclusive; do Ribeirão Barra, subindo o baixão do morcego até alcançar a cabeceira do Urucú e daí em linha reta, às nascentes do Cataporas, no sul, limites com Uruçuí.

Art. 3º. – É criado no novo município um tabelionato público, judicial e notas, escrivão do crime, cível, órgãos e mais anexos.

Art. 4º. – O Governador do Estado marcará o dia para a instalação do novo município, preenchidas as exigências legais.

Art. 5º. – O trecho judicial de Porto Seguro é anexo à comarca de Uruçuí.

Art. 6º. – Revogam-se as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se como lei do Estado.

O Secretário de Estado do Governo assim o faça executar.

Palácio do Governo do Estado do Piauí, em Teresina, 11 de julho de 1929 – 41º da República.

João de Deus Pires Leal  
José Pires de Carvalho

Porto Seguro tivera a sua vila instalada pelo Juiz de Direito da Comarca de Uruçuí, Dr. Albino Lopes, em 25 de agosto de 1929.

Fonte: Arquivo Pessoal de Marcus Antônio Sousa e Silva, 2012.

Já na categoria de vila e município, Porto Seguro-PI, com a ajuda de seus moradores, desenvolvia a expansão do comércio, agricultura e a razoável movimentação das balsas que embarcava e desembarcava cereais no Porto. Segundo o depoimento do coronel João Cardoso de Alencar (2013), a primeira edificação que foi estabelecida, em sua versão, teria sido a feira ou o mercado [a Casa da Feira], criado por Alexandrino Mousinho. “É ele fez uma casa e botou o Miguel Ferreira de Alencar e Dona Marculina de Alencar que eram meus pais, que cuidaram desse mercado. E teve outro mercado ali no Coqueiro, e dia de sábado vinha [as balsas] para ir ao Coqueiro vender alguma coisa”.

Podemos entender esse desenvolvimento do comércio, a partir da feira e da exportação de produtos e alimentos, produzidos pelos próprios moradores. Esses produtos eram transportados por balsas, no rio Parnaíba. Esse transporte fluvial se tornou fonte de renda para a população local, facilitou a comunicação com outras regiões e comunidades e, principalmente, na importação e exportação de variadas mercadorias.

Mas na versão da depoente Maria do Carmo Mousinho percebemos diferenças, quando ela fala da primeira construção que ocorreu nessa região.

Primeiro ele começou com a casinha dele [João Maria Mousinho] de palha e criou uma propriedade aqui que se chama Boa Vista, que tem muita manga, desde o tempo dele vinha muita produtividade de manga e ele começou assim sabe, plantando o buriti, comercializando com barra de sabão, com fósforos, aquelas coisas básicas mais na vida né, eram coisinhas assim pequenas. (MOUSINHO, 2013).

Essa análise da professora Maria do Carmo faz sentido, se analisarmos no contexto inicial do município de Porto Seguro-PI. Pois, como já foi apresentado, existem várias versões. Mas aprofundando as nossas pesquisas, entendemos que na verdade, o que de fato ocorreu foi uma grande confusão cronológica dos fatos, ou seja, como diz o ditado popular “colocaram os carros na frente dos bois”.

Na dissertação de mestrado do professor e historiador Marconis Lima “CIDADE DA BOA ESPERANÇA: Memórias da construção da usina hidrelétrica em Guadalupe-Piauí”, percebemos que, quando fez a entrevista com o Senhor Coronel João Alencar (mas em anos diferentes, esta foi em 2002), este afirma que,

Porto Seguro/PI, encravado no lugar Bom Princípio [antiga Melancias], um dia se chamaria Guadalupe. Vivia em situação economicamente inferior a Porto Seguro/MA. Os habitantes deste, após sofrerem frequentes e terríveis enchentes do rio Parnaíba, decidiram se fixar definitivamente no lado piauiense. E por aqui se fixaram para sempre. Desse fato, viria surgir mais tarde a Vila de Porto Seguro, no ano de 1929. (ALENCAR, apud LIMA, 2007, p. 94).

Verifica-se que, o lugar para onde foi transferido o povoado de Porto Seguro-MA, chamava-se Bom Princípio que era a antiga fazenda Melancias de João Maria Mousinho, inclusive, esta mesma informação está no Diagnóstico Participativo de Guadalupe e no Museu de Guadalupe.

Dessa forma, agora faz sentido quando a professora Maria do Carmo declara que primeiro começou com a casinha de palha de João Maria Mousinho, pois como vimos o antigo lugar antes de se tornar Porto Seguro-PI, era a fazenda Melancias, e em seguida Bom Princípio.

### **1.3 Desenvolvimento urbano do município de Porto Seguro**

Sobre o município de Porto Seguro-PI, com relação às repartições públicas. As primeiras edificações construídas na cidade, nas recordações de Maria do Carmo Mousinho foram,

Primeiro foi as escolas, com a professora Olindina Silva, primeira professora municipal, era até deficiente física, mas era uma boa professora, o nome da escola era Escola Leônidas Melo onde estudei a maioria das pessoas daqui de Guadalupe, inclusive eu estudei lá, que só ensinava até o 4º ano. As pessoas iam adquirindo maior conhecimento, e foram vindos pra Guadalupe procurando se candidatar, procurando entrar na política e, daí começou. Outro que foi o primeiro prédio de Guadalupe mais desenvolvido foi a prefeitura que fizeram de andar. A casa de pilar arroz do seu Beija Fonseca também foi a primeira coisa que foi feita de telha, ela chamava atenção do povo naquela época né. (MOUSINHO, 2013).

A depoente, na condição de relembrar a sua infância, destacou a primeira coisa que lhe veio à mente, a Escola na qual estudou. É interessante que para uma comunidade relativamente pequena, já houvesse a possibilidade de estudo. O outro “polo” de desenvolvimento que nos chama atenção é a Prefeitura Municipal, e isso nos leva a questionar por que razão ou motivo esse prédio, segundo a depoente seria o mais desenvolvido na época, já que era o único de andar. Deixando-nos concluir que os líderes da cidade davam uma atenção especial para o lado político. Em contraste a Prefeitura, temos a casa de pilar arroz, onde era o que chamava a atenção, como também representava um empreendimento comercial da época.

Podemos analisar melhor os significados e as representações desses três prédios: a escola e a educação formal; a prefeitura e a administração pública e por último a Casa de Pilar Arroz e a economia.

Com relação a escola mencionada por Maria do Carmo Mousinho, temos que levar em consideração que a depoente não participou do início da formação educacional inicial da época, por conta de não ter nascido ainda e também por que esta escola (Escola Leônidas Melo) está ligada a infância da mesma. Mas Ronaldo Mousinho em seu livro faz um levantamento de dados dos primeiros professores e das primeiras unidades escolares da vila de Porto Seguro.

Alexandrino Moreira Mousinho aliou-se àquele pioneiro professor [Hipólito José de Alencar Araripe, primeiro professor municipal de Porto Seguro-MA], ensinando tanto para crianças como para adultos, sucedendo ao velho mestre Hipólito, tanto em competência quanto em amor à especial missão. E quando o núcleo habitacional maranhense Porto Seguro mudou-se para o lado piauiense, em 1926, em razão de grande enchente do rio Parnaíba, Alexandrino, já agora educador da futura Guadalupe, exercia aquele ofício como abnegado professor, ciente que somente por meio do conhecimento o nosso povo poderia florescer. (MOUSINHO, 2013, p.103).

Então de acordo com o autor, o primeiro professor do povoado em questão foi Alexandrino Mousinho a partir dele sucedeu-se, Antônio Gonçalves Mousinho, a educadora Olindina de Sousa e Silva, Afonsina Mota Mousinho, Raimundo Nonato Granjeiro de Santana e Manuel Ribeiro da Fonseca (Seu Beija Fonseca). É importante destacar que a princípio o processo de aprendizagem em Porto Seguro-PI, ocorreu fora do sistema formal de ensino. E de acordo com o historiador Costa Filho,

O período em que a criança era iniciada no mundo do trabalho era o mesmo para a aprendizagem das primeiras letras. Sob este aspecto, quando os filhos do fazendeiro estavam em idades de serem alfabetizados, o pai contratava um professor, um mestre ambulante, que ministrava aula na própria fazenda. Assim, muitos filhos de agregados e, casualmente, algum filho de escravo, aprendia a ler, escrever e contar. (COSTA FILHO, 2006, p. 71).

Assim sendo, esse historiador afirma que durante todo o século XIX e início do século XX, este é o sistema de educação que funcionava no Piauí, os professores ambulantes, e como podemos observar o mesmo ocorreu durante a formação do município de Porto Seguro-PI.

Já a administração pública, logo se constituiu e articulou-se a partir da forte figura política de Alexandrino Mousinho, e após a emancipação política de Porto Seguro, foi formada a primeira junta administrativa e que segundo Ronaldo Mousinho, era composto por:

Intendente, Frutuoso José Pereira; Vice Intendente, João Maria Mousinho; os Conselheiros, Pedro Cesário de Albuquerque, João Maria Guimarães, Cícero José de Sousa, Adelino Ribeiro da Fonseca, Ulisses Gomes Caminha; pelo Juiz, Francisco Ramos de Freitas; Juiz substituto, José Carreiro Varão; Promotor Substituto, Alexandrino Moreira Mousinho; Tabelião público, Cícero José de Sousa; Oficial de Registro Civil, João Machado de Matos. (MOUSINHO, 2013, p. 28).

Sendo a sede dessa administração, o casarão do Manuel Mousinho (Né Mousinho), o qual alugou sua residência como sede da Prefeitura da recentemente vila emancipada.

Mas sobre a economia, percebemos que a Casa de Pilar Arroz era um bom negócio para o comerciante Manoel Ribeiro da Fonseca, que deu continuidade ao estabelecimento comercial do seu pai, também reconhecido como um dos pioneiros, o senhor Adelino Ribeiro da Fonseca. E os outros moradores como ficavam, o coronel João Alencar (2013) afirma que os meios de sobreviver em Porto Seguro, futura Guadalupe Velha, “era da lavoura, o coco babaçu, a cera de carnaúba [para os ricos que tinham propriedades], a pele de cabra e a criação de gado”. Alcebiades Filho ao falar do extrativismo vegetal, como uma atividade que envolveu muitos habitantes do Piauí, ressalta a importância da carnaúba.

O mais importante foi a exploração de palmeiras, a exemplo da carnaúba, de onde extraíam óleo, produziam valas e artefatos de

palha, cujos produtos destinavam-se ao consumo interno. Somente no final do século XIX e início do século XX foi que a carnaúba assumiu importante papel na economia piauiense, como produto de exportação. (FILHO, 2006, p. 26).

Mas, apesar dessa exploração e das riquezas naturais do povoado de Porto Seguro, o ex-prefeito João Alencar ressalta a grande pobreza que assolava a região “a vida melhorou muito e a felicidade do povo foi essa Barragem, a vida lá era uma tristeza, era uma pobreza muito grande, as balsas traziam algumas frutas, bananas, coisas para vender e quem pudesse ia comprando, as balsas ajudaram muito todos nós”. Embora as exportações das balsas, fosse um meio de comercializar mercadorias com outras localidades, disponibilizava geração de renda para poucos comerciantes do município, não era uma solução para aqueles que não tinham meios de fazer o mesmo, ou seja, para essas pessoas só restavam a roça, para a sobrevivência da família.

Para termos uma ideia de como era essa vila de Porto Seguro e acrescentado ao depoimento de Maria do Carmo Mousinho, abaixo temos uma imagem, uma vista parcial da cidade de Guadalupe Velha.



Foto 01: Vista parcial da cidade de Guadalupe Velha (antiga Porto Seguro-PI), no Museu Memorial Porto Seguro.

Fonte: Arquivo Pessoal de Fagna Alves Sá.

A foto acima é de uma pintura do autor guadalupense Maurício Sousa, que foi feita em uma parede alva do Museu de Guadalupe, no período de sua construção em 2002, sendo esta pintura retratada a partir do olhar e lembranças de seus

antigos moradores. Os quais forneceram características primordiais da Guadalupe Velha, de suas respectivas casas, locais de trabalho, de cultura e lazer.

Analisando a imagem percebemos uma faixa de aproximadamente 85 casas, cujo, seus perfis são de casas simples, em sua maioria parece ser de alvenaria e a cobertura de telha, mas no depoimento dos entrevistados sabemos que também existiam casas de adobe e palha de coco babaçu; outro detalhe a nos chamar a atenção são as ruas de piçarra ou terra batida, além da proximidade e da cidade está voltada para o rio Parnaíba, o qual tinha um riacho que cruzava a cidade dividindo em dois lados: o lado esquerdo ficava a Igreja e a Prefeitura (que funcionava no 2º andar e a Câmara no térreo); e o lado direito ficava o Mercado localizado bem ao centro. Ambos os lados se uniam por meio de uma pequena ponte, visualizada ao centro.

Segundo a historiadora Rolnik (1995, p. 16) “A cidade se implanta quando a produção gera um excedente, uma quantidade de produtos para além das necessidades de consumo imediato”, com esse avanço é possível aos habitantes fincar raízes e estabelecer vínculos com o determinado núcleo urbano. Dessa forma, a proximidade com o rio Parnaíba foi favorável à alimentação, trabalho e lazer, para o processo de formação do povoado de Porto Seguro.

Outro fator muito importante, na definição do espaço urbano, é explicado por Lobato Corrêa, apresentado na dimensão simbólica desse espaço, que é variável segundo os seus grupos sociais e etários.

Fragmentada, articulada, reflexo e condicionante social, a cidade é também o lugar onde diversas classes sociais vivem e se reproduzem. Isto envolve o cotidiano e o futuro próximo, bem como as crenças, valores e mitos criados no bojo da sociedade de classes e, em parte, projetados nas formas espaciais: monumentos, lugares sagrados, uma rua especial, etc. (CORRÊA, 2000. p. 09).

Assim, outra característica que deve ser considerado no espaço urbano de Porto Seguro, pois a presença de uma Igreja Católica implica dizer, que a questão da religiosidade representa uma marca dessa dimensão simbólica, além dos rituais e das festas religiosas. Mas um fator interessante é a questão deste núcleo urbano não ter se desenvolvido a partir de uma capela ou Igreja, o mais comum na formação de cidades no Brasil. Contudo, iniciou-se através de uma feira, a Casa da

Feira, coincidência também observada pela historiadora Eliane Moraes (2008) na cidade de Francinópolis-PI.

Complementando esta ideia Certeau fala sobre a caminhada dos pedestres, e a sua retórica ambulatórias,

A sua transumância retórica traz e leva os sentidos próprios analíticos e coerentes do urbanismo: é uma “errância do semântico”, produzidas por massas que fazem desaparecer a cidade em certas regiões, exageram-na em outras, distorcem-na, fragmentam e alteram sua ordem no entanto imóvel. (CERTEAU, 2008, p.169).

De certa forma, foi o que de fato ocorreu com o povoado de Porto Seguro-MA, que veio a desaparecer, para dar lugar ao povoado piauiense. Este que anos mais tarde, também desapareceria como um resultado da “obra do progresso”.

Com relação a categoria de vila e município de Porto Seguro não permaneceu por muito tempo, pois, pelo Decreto Estadual nº 1. 279, de 26 de julho de 1931, Porto Seguro perde juridicamente sua autonomia administrativa e política, tendo o seu território anexado ao município de Jerumenha.

E durante este momento o Brasil passava por uma crise econômica e política, e com a ascensão de Getúlio Vargas ao poder, apoiado pela burguesia industrial, ocorreram transformações político-sociais no país. Começou, então, o incentivo à industrialização e a entrada de capital norte-americano. Diversificou-se a produção agrícola que possibilitou a travessia do mundo rural para o mundo urbano industrial, com profundas mudanças, sendo uma delas o crescimento acelerado da urbanização, assim, facilitando a expansão desordenada das cidades. Mas com relação a essa expansão, Porto Seguro saiu perdendo, pois devido ao Decreto Estadual nº 1. 279/1931, uma medida do interventor Federal do Piauí o tenente Landry Sales Gonçalves, na tentativa de reduzir as verbas estaduais, Porto Seguro volta à condição de povoado, como, também foram eliminados outros dezenove municípios piauienses.

Somando a essa questão, o autor Ronaldo Mousinho (2013, p. 30) afirma que “constatou-se um comodismo dos gadalupenses, após a euforia emancipacionista, estacionaram-se as ações desenvolvimentistas, não justificando mais aos olhos do governo do estado manter financeiramente a vila autônoma”. Porém, segundo o Jornal da Saudade, “Tal situação perdurou oito anos, quando um novo Decreto Estadual, de 26 de julho de 1938, devolveu a autonomia dos municípios. Naquela

época Porto Seguro já possuía Igreja e um modesto mercado público”. E a reconquista da autonomia de vila e a categoria de cidade acorreram no governo de Leônidas de Castro Melo.

Consoante a isto, conforme o Decreto-lei Estadual nº. 754, de 30 de dezembro de 1934, que proibia a duplicidade de nomes de cidades e vilas brasileiras, houve outro problema, que acabou por atingir este município, devido uma já existente e mais antiga cidade com o nome de Porto Seguro no Estado da Bahia, a cidade de Porto Seguro no Piauí, ganhou outra denominação, que foi dada em homenagem à padroeira da cidade – Nossa Senhora de Guadalupe, sendo a partir do dia 1 de janeiro de 1944, conhecida como cidade de Guadalupe.



Foto 02: A imagem de Nossa Senhora de Guadalupe (a padroeira da cidade), localizada na Praça da Matriz em Guadalupe em 2013.

Fonte: Acervo Pessoal de Fagna Alves Sá.

Essa moldura foi construída em 1992, na gestão do ex-prefeito Antônio de Pádua Alves Pinto, mas quem nos traz informações a respeito da nomeação dessa Santa como a padroeira da cidade é o autor Ronaldo Mousinho.

A imagem da santa, que veio a ser a padroeira de Guadalupe, fora ofertada pelo bispo de Teresina, quando em missão religiosa em nossa cidade. Após discussões e pesquisas, os guadalupenses constataram que a imagem da Santa de Guadalupe-PI era a mesma de Guadalajara, padroeira daquela cidade mexicana, que em português é Guadalupe, e também reconhecida como padroeira das Américas. (MOUSINHO, 2013, p.147).

Sendo por este motivo, em uma analogia ao nome da cidade do México e da cidade de Guadalupe-PI, que Nossa Senhora de Guadalupe, passou a ser a padroeira da cidade.

Ambas as questões apresentadas, o cancelamento da emancipação política e a duplicidade de nome, foram assuntos em comum, com a cidade de Timon-MA, a qual o professor Raimundo N. L. Santos (2007) nomeia o episódio de “novela política” e a cidade de Francinópolis-PI, na abordagem da historiadora Eliane Rodrigues de Moraes (2008), sobre essa cidade ela declara, “O certo é que, no decorrer dessa divergência, aparentemente dissimulada em torno da criação ou não do município de Francinópolis, depois de sucessivas emendas e pareceres, foram firmados acordos entre os partidos políticos”.

Dessa forma, podemos afirmar, que não somente foi o caso da emancipação de Guadalupe, mas também se trata de um resultado de jogos, alianças e estratégias políticas, que acabam criando ou eliminando várias cidades brasileiras.

## **CAPÍTULO II: A construção da Barragem de Boa Esperança.**

Iniciamos este segundo capítulo, novamente citando o Filme *Narradores de Javé*, pois é possível através desta obra cinematográfica fazer uma analogia com a história de Guadalupe, de sua formação até a transferência, já que tanto no enredo do filme como na vida real dos Guadalupeenses, ambos passaram por experiências parecidas. E segundo Michel Pollak (1989) em “Memória, Esquecimento e Silêncio”, o filme é,

Ainda que seja tecnicamente difícil ou impossível captar todas essas lembranças em objetos de memória confeccionados hoje, o filme é o melhor suporte para fazê-lo: donde seu papel crescente na formação e reorganização, e, portanto no enquadramento da memória. Ele se dirige não apenas às capacidades cognitivas, mas capta as emoções. (POLLAK, 1989, p. 11).

*Narradores de Javé* apresenta Javé, sendo uma cidadezinha pacata, ribeirinha, de gente humilde e trabalhadora. Além, de nos transmitir um campo de disputas, de tensões vividas, não só pela construção da hidrelétrica, mas pela permanência de memórias, entre as muitas histórias que significam o lugar. Nelas, a relação entre o presente vivido (os conflitos gerados pela construção da represa), o passado lembrado (a disputa pela grande história) e o futuro (a possibilidade de um amanhã diferente) transforma a história no espaço onde as contradições do social emergem como possibilidade de mudanças. Características não muito diferentes da cidade aqui já mencionada.

Para esclarecermos algumas dúvidas sobre a implantação da Barragem de Boa Esperança, tomaremos como auxílio a dissertação de mestrado do professor Marconis Fernandes Lima (2007), que por meio de um panorama histórico da sociedade e da política econômica brasileira, analisa o processo de modernização nacional e os seus extensos reflexos, com destaque para o surgimento e atuação da SUDENE (Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste), além dos impactos sociais decorrentes da construção da usina na cidade de Guadalupe.

E para dar abertura a discussão, se faz necessário um breve resumo da década de 1950, período que ocorreram as iniciativas para a construção da

Barragem de Boa Esperança. A década que ficou conhecida como “anos dourados”, sob direção dos governos de Getúlio Vargas e de Juscelino Kubitschek, os quais, em linhas gerais, fomentaram o processo de industrialização nacional pela substituição de importações (iniciado por Vargas); pela abertura ao capital externo para investimento; pelo planejamento estratégico (o famoso Plano de Metas de JK.); pela construção de uma infraestrutura como rodovias, hidroelétricas, aeroportos; pela promoção da indústria de base e de produção de bens de capitais, fundamentais para produção nacional. E segundo Marconis Fernandes Lima,

No esteio de toda essa política econômica do governo Juscelino Kubitschek, veio o inovador projeto da SUDENE, e junto com ela todo um conjunto de medidas especialmente direcionadas a chamada região-problema que era a região Nordeste. Esta por sua vez, seria colocada numa posição crucial para o seu desenvolvimento, e em maior análise, como um ponto estratégico da expansão produtiva nacional em curso. (LIMA, 2007, p.39).

Assim, podemos compreender que a SUDENE através dessa nova política econômica, objetivava uma integração nacional, principalmente, uma forma de impulsionar a região do nordeste para o processo de desenvolvimento e industrialização, que já vinha ocorrendo com as outras regiões do país. Mas passados esses governos, chegamos aos governos militares de Castelo Branco, Costa e Silva e Garrastazu Médici, que acabam rompendo com as regras políticas democráticas, a partir do golpe em 1964, afastando-se de toda orientação de relativa independência político-econômica externa ensaiada por governos anteriores a eles. Porém, assumem medidas intervencionistas de incentivo à industrialização através do investimento em obras de infraestrutura, destacando-se os investimentos na construção de hidrelétricas. Lima (2007) vai dizer que,

É então dentro de toda essa reconfiguração política e econômica nacional-regional, que se insere este novo órgão [SUDENE], que procura gradativamente se inteirar das características históricas da formação do Nordeste, produzindo inúmeros estudos e pesquisas na tentativa de obter um diagnóstico cada vez mais detalhado do problema do crescente atraso econômico regional. Surgiu com o propósito de acrescentar ao Plano de Metas uma atenção ao setor agropecuário nordestino, tentando fazer uma ligação mais eficaz entre este setor e as metas prioritárias industrializantes, que assim pudesse haver completudes e não entraves estruturais. São justamente estas as principais tarefas da SUDENE, com destaque para esse poder de criar empresas mistas, mesclando capitais públicos federais e estaduais, juntamente com os capitais do

setor privado, além de financiamentos estrangeiros. (LIMA, 2007, p. 43 a 46).

E ao alcance dessas funções, a SUDENE, termina por representar também “uma ameaça aos privilégios regionais dos poderosos oligarcas”, por causa da tentativa de industrialização, no entanto, para os representantes industriais (burguesia), esse projeto aparecia como “um entusiasmo da possibilidade da lucratividade”. Apesar de todo o entusiasmo dos industriais, o estado do Piauí na verdade não foi tão beneficiado assim, em condição de quase esquecimento, como explica Lima (2007),

O Piauí nessa dinâmica toda pode ser considerado como o nordeste do Nordeste, haja vista que o mesmo foi o menos contemplado nessa dinâmica nova anunciada, pois este além de partir de uma condição econômica historicamente deficiente, é praticamente desprezado neste contexto modernizante com o repasse de ínfimos 0,3 % dos investimentos da SUDENE, tendo como único baluarte da auto salvação a Usina de Boa Esperança, a qual teria limites nos resultados e interesses para além das fronteiras piauienses. (LIMA, 2007, p. 50).

Tais conclusões foram observadas por Lima, devido às diversas argumentações polêmicas de diferentes jornais da capital Teresina, onde monta um quadro consideravelmente variado desse debate, além de demonstrar a constante preocupação nacional com o destino do nordeste. E é neste campo de discussão que surge “o projeto da Usina de Boa Esperança como protagonista nesse debate”.

Na verdade, havia naquele momento em todo o Brasil uma crise de demanda de energia, problema que deveria ser sanado para garantir em primeira mão o aumento dos investimentos privados no setor industrial do Centro-sul. Concomitantemente nesse raciocínio estavam as perspectivas de expandir os negócios para o Nordeste, abocanhando assim o seu considerável mercado consumidor.

É a partir daí que se estabelecem no Nordeste as condições para a construção das usinas hidrelétricas da CHESF, iniciando-se efetivamente com a construção do complexo de usinas de Paulo Afonso na Bahia, o qual foi continuado durante o segundo governo de Getúlio Vargas no início da década de 1950, e prosseguido pelos governos de Juscelino Kubitschek e de João Goulart.

Começamos a ver com mais frequência às notícias da usina piauiense, e com elas o desenrolar do seu debate. Porém, o Piauí não era o único estado, muito menos Teresina e Guadalupe eram as únicas cidades a serem tocadas por essa nova dinâmica econômica. Outras várias cidades aqui e em outros estados também estavam sendo capturadas nesse cenário que trouxe a energia e com ela todo o seu discurso de progresso, de melhores dias para o povo, conquistados através do desenvolvimento industrial; em suma, o

anúncio da tão sonhada redenção econômica. (LIMA, 2007, p. 53 e 60).

Todas essas iniciativas e pesquisas era uma tentativa de superar ou amenizar os problemas de urgência, onde o Piauí buscava conquistar a sua autonomia na geração de energia elétrica. Segundo Marconis Lima,

Os estudos sobre o mercado de energia basearam-se em pesquisas efetuadas pela SUDENE em 1961 nas principais cidades dos estados do Maranhão e do Piauí, em dados dos censos de 1950 e 1960, em resultados alcançados pela CHESF em seu plano de ação durante o desenvolvimento da usina de Paulo Afonso e em estatísticas sobre o consumo de energia no Brasil. (LIMA, 2007, P.75).

Através destes estudos, foi possível perceber a deficiência dos sistemas térmicos em funcionamento nas cidades piauienses e maranhenses nesse período, como também era uma forma de argumentação e justificativa da necessidade da construção de uma hidrelétrica (o projeto da construção da Barragem de Boa Esperança) no Piauí. E logo, o local que posteriormente, sediaria as obras da usina é,

Tornada de utilidade pública à área jusante da cachoeira da Boa Esperança, no rio Parnaíba, município de Guadalupe, Piauí, pelo Ex-presidente, João Goulart, duas comissões destinadas a pesquisar o material próprio para sustentação da obra, nos lugares “Mateiro”, no município de Ribeiro Gonçalves e Guadalupe, teve a aprovação do melhor material colhido na Cachoeira da “Boa Esperança” e suas imediações, comparados com o colhido no lugar “Mateiro”, defendido pelo doutor José Cavalcante. O levantamento dos ares onde formaria o Lago da “Boa Esperança” foi feito pela firma “Cruzeiro do Sul”.<sup>7</sup>

Assim, podemos compreender por qual motivo a cidade de Guadalupe Velha sofrera os impactos dessa construção, pois o local escolhido para a construção da Barragem era bem próximo. E no final da década de 1950, os estudos do projeto da usina de Boa Esperança foram iniciados por técnicos do DNOCS (Departamento Nacional de Obras Contra as Secas). Em seguida, os resultados desses estudos passam a incorporar o planejamento geral da obra, num trabalho realizado por um grupo de técnicos do DNOCS, SUDENE, Ministério das Minas e Energia, com a

---

<sup>7</sup> SECRETARIA DE ESPORTE, TURISMO E LAZER, 2008, p. 08.

coordenação central da COHEBE (Companhia Hidrelétrica de Boa Esperança), responsável pelo acompanhamento da obra.

Esta construção foi realizada durante o governo estadual de Helvídio Nunes no Piauí, porém o autor Ronaldo Mousinho (2013), afirma que “Coube ao governador do Piauí, Chagas Rodrigues, o pedido de um projeto ao presidente Jânio Quadros para a construção da Hidroelétrica de Boa Esperança”. Todavia, foi durante o governo de Castelo Branco que o projeto foi aprovado.

Já no Jornal da Saudade, observamos um agradecimento ao ex-deputado Milton Brandão, quando declara que “levando em consideração o seu incansável trabalho parlamentar em favor da construção da hidrelétrica de Boa Esperança, fonte do progresso do nordeste”. O mesmo gesto de gratidão encontramos no depoimento do ex-prefeito João Cardoso de Alencar (2013) “nós devemos tudo ao deputado Tertuliano Milton Brandão, o relator do projeto da Boa Esperança, e o ex-presidente Humberto de Alencar Castelo Branco, nós devemos tudo a eles”.

E, ao término do ano de 1959, pelo Decreto Federal nº 46. 359/1959, de sete de julho de 1959, são iniciadas as obras de infraestrutura no acampamento de Boa Esperança.



Foto 03: A Usina Hidrelétrica de Boa Esperança, vista do Satélite.  
Fonte: <https://maps.google.com.br>; Acesso em 01/09/2013.

E sobre a usina hidroelétrica de Boa Esperança, a Chesf, declara:

A partir de 1957, o Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS) realizou estudos sistemáticos e definiu o eixo para implantação da barragem de Boa Esperança. Em 1963 foi criada a Companhia Hidroelétrica da Boa Esperança (Cohebe), para construir e operar a Usina Hidrelétrica de Boa Esperança. A partir de 1965 a primeira unidade geradora entrou em operação, e em 1970, supriu o mercado de energia elétrica do Nordeste Ocidental - Estados do Maranhão e do Piauí. Em 1974 a Cohebe foi incorporada pela Chesf, e conseqüentemente a Usina e o sistema de transmissão passaram a ser operados e mantidos em conjunto com as demais instalações da Chesf. A capacidade da Usina de Boa Esperança é de 235.300 KW, divididos entre quatro unidades geradoras, acionadas por turbinas Francis. No sítio da Usina está implantada uma Subestação de 500 KV [Kilovolt, unidade de medida de tensão], principal ponto de interligação do sistema elétrico Norte/Nordeste.<sup>8</sup>

Ronaldo Mousinho (2013), em seu livro explica como ocorreu a obra de construção da usina. Ele afirma que esta passou por duas etapas. A primeira etapa constituiu-se da instalação de uma infraestrutura para receber o operariado, denominados cassacos (trabalhadores sertanejos), constituída por alojamentos para os operários e famílias, almoxarifado, marcenaria, oficina mecânica para manutenção do maquinário, restaurante, escola, uma enfermaria, com visita mensal de médico e campo de futebol. E sobre a segunda etapa, este a descreve, como testemunha ocular do que presenciou na obra.

Já em 1963, o que mais me surpreendera, além do volume de máquinas gigantescas, até então para mim, garoto de 10 anos, totalmente desconhecidas, eram as explosões para aumentar o leito do Velho Monge [rio Parnaíba], e transpor o rio do leito original para fixação das turbinas e os grandes túneis para escoamento futuro das águas. O acampamento era esvaziado, por convocação de um funcionário que, com um serviço de alto-falante, percorria todo o acampamento avisando que haveria explosões. Já sabíamos o que fazer: abandonar as casas e subir ao morro próximo em busca de abrigo. De lá contemplávamos um espetáculo surpreendente, a terrível explosão, precedida de forte tremor na terra e a grande nuvem de poeira e pedras voando aos ares. Quando voltávamos às casas, o teto parecia uma peneira, furado pelas pedras que se estilhaçavam com as explosões e subiam à grande altura. (MOUSINHO, 2013, p. 94 e 95).

As obras da construção continuaram, e no dia 7 de abril de 1970, data da inauguração que contou com a presença do presidente da república na época,

---

<sup>8</sup> [www.chesf.gov.br](http://www.chesf.gov.br); Acesso em 27/08/2013.

Emílio Garrastazu Médici. Além, de outras autoridades do país, como, o engenheiro Eliseu Resende, Diretor geral do DNER (Departamento Nacional de Estradas de Rodagem), Mario David Andreazza (Ministro dos Transportes), Dias Leite (Ministro de Minas e Energia) e José Sarney (Governador do Maranhão). O nome oficial da usina é Usina Hidrelétrica Presidente Humberto Castelo Branco, em homenagem a este ex-presidente da república.

Feitas as abordagens necessárias, falaremos agora sobre as mudanças e os impactos dessa obra na “cidadezinha” de Guadalupe Velha, que foi escolhida pela SUDENE para a construção da Hidrelétrica no Piauí. Para isso, voltaremos a análise da história e da memória de Guadalupe, que no final da década de 1950, se iniciaram os primeiros boatos sobre a construção da usina hidroelétrica, e a partir desses boatos em diante, a vida dos guadalupenses mudaria completamente. Pois, como consta no Memorial de Porto Seguro,

Havendo necessidade de inundação de grande área, a fim de proporcionar volume d'água para o potencial hidrelétrico dos geradores da Usina, foi necessário que o Governo Federal se encarregasse de transferir a cidade de Guadalupe para o planalto da Data denominada Santo Antônio, local de construção da Barragem. E foi assim que, em 15 de novembro de 1967, a sede do município de Guadalupe foi transferida para o aludido planalto, depois de haver sido a cidade modernamente construída.<sup>9</sup>

A professora Maria do Carmo Mousinho em depoimento fala da sua experiência a respeito dos boatos e sobre quando e como receberam a notícia que iam ter que mudar para outro local por causa da construção da Barragem de Boa Esperança.

Foi até bom assim, por uma parte, por que ninguém acreditou de início, ninguém acreditou. Eu digo uma parte muito boa, por que se o pessoal tivesse realmente acreditado, o choque teria sido maior. Depois, aos poucos as pessoas foram se acostumando e vendo realmente que ia acontecer, por que quando acontecia o estrondo quebrando as coisas, ai ficava todo mundo doido, surgiam mil coisas [a repercussão]. Eita, uma bomba daquela se cair um pedaço dela aqui vai acabar com tudo; mandaram dizer que é pra gente ter controle; ter cuidado; surgiam mil histórias sobre a mesma coisa. Mas, ai as pessoas começaram a resistir do começo ao fim, inclusive teve uma senhora aqui que só veio depois que a água já estava entrando na porta da casa. (MOUSINHO, 2013).

---

<sup>9</sup> SECRETARIA DE ESPORTE, TURISMO E LAZER, 2008, p. 08.

Como podemos observar, a primeira reação foi de descrédito na possibilidade de deixarem sua terra natal, na qual cresceram e construíram. A segunda reação foi de “aceitação” por conta dos trabalhos que iam ocorrendo, as bombas (dinamites), os tratores (derrubando a mata à margem do rio Parnaíba) e as agentes sociais que conversavam e colhiam dados das famílias de Guadalupe. E finalmente a terceira reação, que foi a de resistência. E ao falar da resistência Maria do Carmo, nos relata que,

Não, não teve essa resistência [Movimentos contra a construção da Barragem ou contra a mudança para outra cidade] não. O povo de Guadalupe é um povo que já passou por tudo, eu acho o povo de Guadalupe um povo muito sofredor. Porque naquela época se a gente tivesse feito isso, talvez a gente tivesse recebido casas mais confortáveis aqui em Guadalupe Nova, talvez a gente tivesse recebido colégios melhores, entendeu. Mas, não houve nenhuma resistência, inclusive, eu falava muito nisso: Gente nós vamos aceitar isso de mãos abertas. Olha o que nós sofremos invés do pessoal da CHESF se adaptar com nosso costume, nós que tivemos que nos adaptar com o deles. (MOUSINHO, 2013).

Perceba que aqui ocorreu uma contradição da depoente, ora ela fala que “as pessoas resistiram do começo ao fim”, ora ela afirma que “não teve essa resistência”. Entendam que na primeira frase, a depoente está falando de resistências individuais; e na segunda, ela assegura que não houve um movimento organizado entre os habitantes que não apoiavam a mudança para outro lugar. E para uma compreensão dessas resistências individuais, Certeau (2008), fala da subversão da ordem dos sujeitos ordinários,

Se é verdade que existe uma ordem espacial que organiza um conjunto de possibilidades (por exemplo, por um local por onde anda é permitido circular) e proibições (por exemplo, por um muro que impede prosseguir), o caminhante atualiza algumas delas. Deste modo, ele tanto as faz ser como aparecer. Mas também as desloca e inventa outras, pois as idas e vindas, as variações ou as improvisações da caminhada privilegiam, mudam ou deixam de lado elementos espaciais. A caminhada afirma, lança suspeita, arrisca, transgredir, respeita etc., as trajetórias que “fala”. (CERTEAU, 2008, p. 164 e 166).

Posto isto, é nessas resistências individuais que encontramos uma forma de intervenção da ordem estabelecida, a da transferência. Embora a professora não confirme a existência de grupos de Movimentos contrários, ainda houve resistências individuais de alguns moradores, mas se procurarmos alguma força dos governantes

da cidade com relação aos que não aceitavam a ideia de abandonar sua terra, no Livro de Registro de Decretos – Leis da Prefeitura Municipal de Guadalupe atestaram certo “comodismo” por parte de seus representantes políticos.

Lei nº 25/63  
Leg. 5ª/L/25/63.

Autoriza a transferência da Sede do Município de Guadalupe, do Estado do Piauí e dar outras providências.

Art. 1º - Fica o poder executivo autorizado a tomar todas as providências necessárias, para transferência e mudança desta cidade de Guadalupe Sede do município de igual nome, para outra área de terras, num planalto existente na data Santo Antônio do mesmo município, nas insediações da Barragem de “Boa Esperança” e povoado “Coqueiro”.

Art. 2º - A nossa área a ser ocupada de 832 h., 45 a. e 40 c. e sua delimitação por serviço Topográfico observará o local apropriado a construção da nova cidade, inclusive no que diz respeito ao estado sanitário da área a ser preferida e por meio de uma planta, determina-se 200 h. para zona urbana, 250 h. para a zona suburbana e o restante da referida área para a zona rural, que constitui o patrimônio do novo município.

Art. 3º - Para fazer jús as despesas decorrentes dos serviços topográficos de que trata o artigo 2º desta lei, serão abertos na Tesouraria da Prefeitura os créditos necessários, logo que orçadas e solicitadas.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário, entrando esta lei em vigor na data de sua publicação: Sanciono e promulgo a presente lei.

Em 11 de novembro de 1963. Leovegildo Mousinho, Prefeito Municipal. Sancionada, numerada e publicada nesta Secretaria onze dias do mês de novembro do ano de mil novecentos e sessenta e três. Eu, Maria Nasaré Coêlho de Sousa, Secretario Guarda Livro, escreví.<sup>10</sup>

Como podemos ver, ainda no ano de 1963, é sancionada pelo prefeito da época Leovegildo Mousinho a lei que autoriza a transferência da cidade para Santo Antônio, que era uma propriedade que pertencia ao mesmo município e para o já antigo povoado Coqueiro (atual bairro da cidade de Guadalupe). Acrescentando, ao suposto comodismo desses representantes políticos, podemos fazer outro questionamento a esse respeito, o de que, se de fato era comodismo ou eles tinham outros interesses.

Interesses que não arriscaremos uma afirmação, apenas algumas hipóteses, já que eles se de fato ocorreram, poderiam ser originadas de várias naturezas: pessoais, políticos, econômicos e sociais.

<sup>10</sup> Livro de Registro de Decretos – Leis da Prefeitura Municipal de Guadalupe, 1955.

Quatro anos depois, desta lei, o coronel João Cardoso de Alencar foi eleito prefeito de Guadalupe, permanecendo no cargo de janeiro de 1967 a janeiro de 1971; foi o prefeito à época da construção da Barragem de Boa Esperança e da transferência da sede da cidade de Guadalupe. Hoje na qualidade de ex-prefeito, fala sobre este período.

Quando cheguei a Guadalupe, assumi a prefeitura, ai a gente perguntava pra onde essa cidade ia? Ai uma pessoa viu que a água já estava chegando, o lago já estava enchendo, ai eu comprei 832 hectares da dona Eduarda Batista de Castro aqui e trouxe a cidade pra cá. Eu comprei essa área aqui, agora quando eu comprei essa área, eu doei 555 hectares [para a Cohebe] pra fazer a cidade, isso aqui tudo foi eu que doei o campo e tudo, ai teve o projeto de permuta [convênios da Cohebe], quem tinha uma casa lá recebia outra casa aqui, também tinha o projeto de ajuda mutua quem tinha o material lá a gente fazia a casa dele aqui, a quadra 14 [um bairro da atual Guadalupe] é tudo do PAM (Projeto de Ajuda Mutua). (ALENCAR, 2013).

O ex-prefeito levanta essa indagação, para onde eles iriam, porque mesmo havendo o conhecimento da construção de uma nova cidade, “eles não queriam acreditar”, havia ainda uma esperança de não precisarem efetuar a mudança. Os 832 hectares de terras foram comprados com as verbas da Prefeitura para a aquisição da nova sede, e quando o ex-prefeito fala que dou 555 hectares para a COHEBE, na verdade esses hectares foram cedidos para que a COHEBE fizesse a implantação da nova Guadalupe, ou seja, a construção dos prédios públicos e a execução do Projeto de Ajuda Mútua, para a construção das casas dos moradores de Guadalupe velha. Desse modo, ainda,

Levando em conta, que quando o lago começou a inundar as áreas se teve que mudar urgentemente, e dos prédios conveniados pela Prefeitura com a Cohebe somente estava construído a Unidade Escolar “João Pinheiro”, onde ficou localizado todas as repartições públicas ocupando as salas de aula, mais ainda a Igreja, num salão amplo ali existente.<sup>11</sup>

João Cardoso de Alencar, sete meses depois de tomar posse na Prefeitura de Guadalupe, teve que transferir 520 famílias, que tiveram as suas casas e todos os imóveis existentes submersos pelas águas. A compra do terreno, na época, segundo o ex-prefeito custou três milhões de cruzeiros, uma moeda já extinta.

---

<sup>11</sup> SECRETARIA DE ESPORTE, TURISMO E LAZER, 2008, p. 09.

Eu fiz uma mudança de pessoas, que melhoraram suas vidas. Surgiram empregos, que não existiam na Guadalupe Velha, onde as pessoas viviam da carnaúba, pele de gado e babaçu. Eu fiz mudança humana, porque para se trazer gente é diferente de se trazer qualquer outro tipo de coisa. Muitas pessoas só deixaram suas casas quando as águas estavam altas nas paredes, mas era por amizade e amor. Nós usamos um helicóptero de Guadalupe até Uruçuí para espantar o gado, que estavam ilhados. (ALENCAR, 2013).

Segundo o coronel, as mudanças eram feitas através de caminhões, que transportavam tanto as pessoas, como os seus móveis, houve até os que aproveitaram alguns materiais de construção da sua antiga casa na Guadalupe Velha para construir outra casa na nova cidade.



Foto 04 e 05: Os moradores de Guadalupe Velha, deixando a cidade.  
Fonte: <http://guadalupeagora.blogspot.com.br>; Acesso em 01/09/2013.

Mas com relação à mudança, a depoente Maria Almeida Mousinho<sup>12</sup> (2013), mais conhecida como Dona Belinha, fala que,

A gente no começo nós não acreditava, que o rio ia chegar até nossas casas, mas não houve confusão, só o povo que ficaram muito tristes e com pena quando os caminhões chegavam, pra fazer as mudanças, eu fui uma das últimas pessoas a deixar a cidade, eu vim e ainda ficou lá o Raimundo Brito que já morreu, e mais duas famílias. (MOUSINHO, 2013).

<sup>12</sup> Nasceu em Guadalupe Velha, é neta de Antônio Gonçalves Mousinho (irmão de Alexandrino Mousinho e João Maria Mousinho). Com a mudança da cidade passou a morar na nova Guadalupe. Viúva de Joaquim do Fausto Oliveira. Uma mulher dedicada a família, aos afazeres domésticos e na lavoura.

Assim, compreendemos que não foi fácil deixar para trás aquela “cidadezinha” e o apego dessas pessoas ao lugar já condenado pela inundação, sobre este sentimento a historiadora Sandra Jatahy Pesavento (2007), explica,

Nesse processo imaginário de construção de espaço-tempo, na invenção de um passado e de um futuro, a cidade está sempre a explicar o seu presente. Com isso, acaba por definir uma identidade, um modo de ser, uma cara e um espírito, um corpo e uma alma, que possibilitam reconhecimento e fornecem aos homens uma sensação de pertencimento e de identificação com a sua cidade. (PESAVENTO, 2007, p. 17).

Dar adeus à cidade velha era como se esses moradores estivessem perdendo sua própria identidade, o lugar que lhes pertenciam, onde eles tinham seu modo único de viver e sobreviver naquela antiga Guadalupe por eles construída. Pois, de acordo com Corrêa (2000), o espaço urbano “é um produto social, resultado de ações acumuladas através do tempo, e engendradas por agentes que produzem e consomem o espaço”.

E com relação às melhorias, Dona Belinha (2013), recorda-se de quando chegou à nova cidade, a atual Guadalupe,

Tinha as casas, e muitos pés de pau, a gente ia tirando, todo mundo recebeu uma casa, lá [Guadalupe Velha], tinha gente que nem tinha, era só uma casinha velha com umas palhas em cima, e aqui recebeu uma casa, eu acho que nesse ponto aí eles [COHEBE] foram bons. Algumas pessoas ainda faziam mutirões para ajudar na construção das casas que ainda não estavam prontas, trabalhavam três dias por semana, que era o PAM, projeto de ajuda, a gente não esperava só pela COHEBE, eu lembro que tinha os homens que faziam alvenaria do lado da minha casa. Além das casas e do mato tinha a Igreja e a Prefeitura. (MOUSINHO, 2013).

Imaginamos agora o cenário da cidade que foi construída para receber os moradores de Guadalupe submersa. E observamos controvérsias nos depoimentos do ex-prefeito da época o Senhor João Alencar e o de Dona Belinha, pois após a chegada à cidade nem todo mundo tinha casa ainda, vista a ocorrência de mutirões entre os próprios guadalupenses recém-chegados, além das árvores e da mata. Assim, podemos afirmar que a cidade estava se estruturando ainda.

Possivelmente, a controvérsia entre ambos os depoentes tenha ocorrido devido ao fato de ambos na época se encontrarem em papéis e funções diferentes na sociedade guadalupense, posto que João Alencar era o prefeito e Maria Almeida

uma dona de casa. Essas lembranças dos entrevistados fazem parte da memória coletiva, e a divergência entre seus pontos de vista é a memória individual, que o historiador Michel Pollak (1989) em seu artigo “Memória, Esquecimento, Silêncio” a define como a seletividade da memória, pois,

A fronteira entre o dizível e o indizível, o confessável e o inconfessável, separa, em nossos exemplos, uma memória coletiva subterrânea da sociedade civil dominada ou de grupos específicos, de uma memória coletiva organizada que resume a imagem que uma sociedade majoritária ou o Estado desejam passar e impor. Distinguir entre conjunturas favoráveis ou desfavoráveis às memórias marginalizadas é de saída reconhecer a que ponto o presente colore o passado.

Assim, o denominador comum de todas essas memórias, mas também as tensões entre elas, intervêm na definição do consenso social e dos conflitos num determinado momento conjuntural.

Fora dos momentos de crise, estas últimas são difíceis de localizar e exigem que se recorra ao instrumento da história oral. (POLLAK, 1989, p. 6, 9 e 10).

Sendo assim, outra possibilidade de tal divergência, possa ser, por que quando feita a indagação de como estava a cidade planejada, Guadalupe nova, ambos tenham-na recordado em períodos diferentes, ou apenas idealizaram-na de formas distintas, já que no depoimento do ex-prefeito João Alencar, percebemos que este foi um verdadeiro otimista e almejava o progresso para a cidade, enquanto Dona Belinha continuava apegada a velha cidade já enterrada no rio Parnaíba.

No que concerne às propriedades que foram desapropriadas pela Coebe durante as décadas de 1950 a 1960, observamos na tabela abaixo:

**Tabela 01: As áreas desapropriadas pela Coebe entre 1950 a 1960.**

| Ano de Registro | Rua ou nº do Imóvel  | Características                               | Desapropriação ou Transferência | Ano da Desapropriação ou Transferência |
|-----------------|----------------------|---|---------------------------------|--|
| 1956            | Roça no lugar “Saco” | 300 m. de frente/26 m. de cumprimento e fundo | ?                               | 1969                                   |
| 1957            | “Jacurutú”           | 3198 hec.                                     | 391 h. 04 a. 79 c.              | 1969                                   |

|      |                             |                                  |  |      |
|------|-----------------------------|----------------------------------|--|------|
|      | “Tabocás” e “Paciência”     | 374 hec.                         | Tabocás = 2 hec.<br>Paciência = 374 hec. | 1967 |
|      | “Lages”                     | 300 hec.                         | 67 h. 31 a. 91 c.                        | 1968 |
|      | “Mandacarú”                 | 358 h. 86 a. 30 c.               | 358 h. 86 a. 30 c.                       | ?    |
| 1958 | “Saco”                      | 300 c./200 L.                    | ?  | 1969 |
|      | “Saco”                      | 80 c. 80 L./500 ditos de c.      | ?  | 1969 |
|      | “Praça da Bandeira”         | 10.000 m <sup>2</sup>            | ?  | ?    |
|      | “Patos”                     | 162 h.                           | 24 h. 43 a. 78 c.                        | ?    |
| 1960 | Duas glebas de “Santa Cruz” | 1º 42 h. e 2º 989 h. 250.000     | 2º 308 h. 290.03 c.                      | 1967 |
|      | “Queimadas”                 | 1534 h. 05 a. 860 c.             | 840 h. 946.000                           | ?    |
| 1961 | “Paciência”                 | 151 h. 76 a. 00 c.               | ?  | 1968 |
|      | “Paciência” e Genipapeiro   | 1º 95 h. 78 a. 00 c.<br>2º 75 h. | 2º 75 h.                                 | 1968 |
|      | Paciência                   | 219 h. 22 a. 00 c.               | 108.77.26 há.                            | 1968 |
| 1962 | “Buritizinho”               | 35 h. 43 a. 07 c.                | ?  | ?    |
|      | “Cardoso”                   | 19 h. 07 a. 50 c.                | Totalmente                               | ?    |
|      | “Flôres”                    | 799 h. 11 a. 50 c.               | 58 h. 00 a. 44 c.                        | 1968 |
|      | “Côcos” e “Paciência”       | 1º 60 h.<br>2º 210 h.            | 1º 60 h.                                 | 1967 |
|      | “Lagôa do Meio”             | 669 h. 80 a. 00 c.               | 561 h. 58 a. 00 c.                       | ?    |
|      | “Pombos”                    | 11 h. 58 a. 66 c.                | 9 h. 20 a. 00 c.                         | ?    |
| 1963 | “Baixas”                    | 56 h. 66 a. 66 c.                | 54.74.03 ha.                             | 1966 |
|      | “Baixas”                    | 170 h.                           | Totalmente                               | 1966 |
|      | “Baixas”                    | 56 h. 66 a. 66 c.                | Totalmente                               | 1966 |
|      | “Almas”                     | 1879 h. 40 a. 19 c.              | 64 h. 75 a. 00 c.                        | 1963 |
|      | “Porto Franco”              | 1 h. 05 a. 00 c.                 | ?  | ?    |
|      | “Araças”                    | 25 h.                            | ?  | 1969 |

|      |                       |  |                          |      |
|------|-----------------------|--|--------------------------|------|
| 1964 | “Araças”              | 832 h. 45 a.<br>40 c.                      | 5.096.200 m <sup>2</sup> | 1964 |
|      | “Praça da Matriz s/n” | 12 m de frente/32 de c.                    | ?                        | 1966 |
| 1965 | “Belo Monte”          | 252 m. de frente/309 ditos de c.           | ?                        | 1969 |
|      | “Saco”                | 81 m. de frente/260 c. e 114 de fundo      | ?                        | 1969 |
|      | “Saco”                | 800 m. de frente/150 c.                    | ?                        | 1969 |
|      | “Saco”                | 21 m. de frente/500 c. e 24 ditos de fundo | ?                        | 1968 |
|      | “Estreito”            | 580 h. 60 a. 00 c.                         | ?                        | ?    |
|      | Rua Rui Barbosa       | 1 casa = 11 m. de frente/15 c.             | ?                        | ?    |
|      | Boa Vista             | 252 h. 43 a. 00 c.                         | 22 h. 66 a. 00 c.        | ?    |
| 1966 | “Canto”               | 750 h.                                     | 375 h. 11 a. 71 c.       | 1966 |

Fonte: Livros nº 03 e nº 03 “A”. De Transcrição das transmissões de Propriedades “inter-vivos” e “causa-mortis”, por Raimundo Barbosa Carvalho Baptista, juiz da Comarca e Milton José de Sousa, tabelião, 1950.

Ao analisar esta tabela, temos uma breve noção do tamanho da área que foi ocupada pela Cohebe. Essas propriedades em sua maioria eram circunvizinhas de Guadalupe Velha, outras já pertenciam a data de Santo Antônio (atual Guadalupe), como por exemplo, as propriedades de Baixas, Araçás e Estreito.

E com relação às desapropriações, as quais constam nesses livros algumas observações foram escritas a esse respeito, destas terem sido efetivadas umas de forma amigável outras não. Outro forte indício de resistências, só que agora, por parte dos proprietários dessas terras. Que com a desapropriação ficaram em desvantagens, pois não havia indenizações, já que as terras pertenciam a União. É o que nos esclarece o geógrafo Lobato Corrêa (2000),

Os conflitos que emergem tendem a ser, em princípio, resolvidos em favor dos proprietários dos meios de produção, que, no capitalismo, comandam a vida econômica e política. A solução desses conflitos se faz através de pressões junto ao Estado para realizar desapropriações de terras, instalação de infraestrutura necessária às

suas atividades e para a criação de facilidades com a construção de casas baratas para a força de trabalho. (CORREA, 2000, p. 14).

Outra questão a entender nesta tabela são os anos em que mais ocorreram as transferências ou as desapropriações, levando em consideração que é apenas uma informação, onde o seu resultado é uma aproximação do real, já que durante as pesquisas nesses Livros do Fórum de Guadalupe, algumas páginas estavam totalmente destruídas pelas ações do tempo e pela má conservação. Segundo a Maria do Socorro, uma das funcionárias do Cartório, afirmou que estes foram os primeiros livros de Transcrição das transmissões de Propriedades “inter-vivos” e “causa-mortis”, trazidos de Guadalupe Velha. Mas voltando aos dados da tabela, constatamos que os anos em que mais houve desapropriações foram primeiramente em 1969, 1968 e 1966.

### **CAPÍTULO III:**

## **A nova Guadalupe entre a saudade e o discurso do progresso.**

Ao pensar este capítulo, nos dispusemos a fazer uma análise entre dois discursos que permeiam o processo histórico da cidade de Guadalupe, no Piauí – o da saudade e o do progresso. Ambos a partir da década de 1950, período em que ocorreram os primeiros passos para a construção da Barragem de Boa Esperança, estarão entrelaçados na tentativa de um esquecimento do fato que marcaram a vida dos moradores guadalupenses da antiga cidade já submersas nas águas.

Porém, antes de abordar esses dois elementos em questão, se faz coerente definir o conceito de discurso, o qual na visão de Silva e Silva (2009),

É a forma por meio da qual os indivíduos proferem e apreendem a linguagem como uma atividade produzida historicamente determinada.

Um discurso não é fruto de opiniões e visões particulares, mas uma partícula do imaginário dominante que abarca cada indivíduo.

A Análise do Discurso constitui uma metodologia que tem como objetivo explicar como o discurso funciona historicamente e como transmite uma ideologia. (SILVA E SILVA, 2009, p. 101 e 102).

E complementando essa ideia, uma das principais estudiosas da análise do discurso no Brasil, a escritora Eni Orlandi (1990), defende a concepção de discurso como uma prática da linguagem, ou seja, uma narrativa construída a partir de condições históricas e sociais específicas. Todo discurso materializa determinada ideologia na fala a partir de um idioma específico. Logo, todo discurso possui uma ideologia, e é a língua que permite aos indivíduos compreenderem e assimilarem tal ideologia.

À vista disso, vamos nos prender a realizar uma ligação entre os discursos. Da seguinte forma, para entender o discurso da saudade, analisaremos, por exemplo, a Festa da Saudade em Guadalupe, através do Jornal da Saudade e para entendermos o discurso do progresso, faremos uma abordagem sobre um bairro da cidade de Guadalupe, a Vila Parnaíba, que é uma vila operária, a qual foi um dos resultados deste dito “progresso”.

### 3.1 A Festa da Saudade

Iniciaremos essa discussão com um fragmento do Jornal da Saudade, este que foi uma edição especial, para fazer a cobertura desse marcante evento, depois de já passados oito anos da inundação da cidade antiga. A Festa e o Jornal da Saudade foi uma forma que aqueles moradores que vieram de Guadalupe Velha encontraram para não esquecerem suas raízes e para que pudessem cultivá-las às gerações futuras.

Naquela manhã de dezembro de 1967 a comunidade de Guadalupe foi informada de que a cidade ia ficar sob às águas do rio Parnaíba, dentro de poucos dias. Era a voz imperiosa do progresso que batia a porta daquela gente pacata e hospitaleira que arraigada ao sentimento nativo cultivado há mais de meio século pelo capitão Alexandrino, não desejava a mudança para um porto seguro. A tristeza, a melancolia se fazia presente em cada semblante, especialmente quando se anunciava que os caminhões da COHEBE estavam para iniciar o êxodo citadino rumo à nova morada artificialmente edificada para esse fim.

Mas nada valeram os protestos que alguns menos compreensivos esboçaram aos promotores da triste mudança. Não havia mais nada a fazer: homens e mulheres, jovens, velhos e crianças passavam, com ar prisioneiros acorrentados e arrastados rumo à forca... Era um adeus eterno à cidade que lhes viu nascer. “É triste, mas é necessário fazê-lo” – dizia um funcionário da COHEBE àqueles mais inconformados.

Contudo a mais triste cena do espetáculo de lágrimas oferecido ao povo guadalupense naquele dia, foi a passagem frente ao cemitério, onde centenas de enterrâneos dormiam o sono eterno e que talvez por via do destino, Deus, não permitiu que eles participassem da mudança e sentissem a dor da despedida. Ninguém conteve as lágrimas naquele instante de mútuo adeus (aos entes queridos sepultados e à cidade que ficava para trás...) “Mas é preciso resistir” – murmurava alguém. Na verdade, só um povo forte como aquele tinha condições para tal. Mais tarde, a marcha prosseguiu em direção à “terra prometida”. Um sabor de vida nova e novas esperanças foram tomando conta de cada um ao lado do consolo comum de quem parte e deixa a coisa amada – A SAUDADE.<sup>13</sup>

O discurso produzido nesta citação do Jornal demonstra uma tendenciosidade para a questão do progresso, quando ele diz “Era a voz imperiosa do progresso” e quando traz a fala de um dos funcionários da Cohebe “É triste, mas é necessário fazê-lo” e ainda faz uma “exaltação” à transferência, “Mais tarde, a marcha prosseguiu em direção à “terra prometida””, subtendendo uma aceitação e

<sup>13</sup> **Jornal da Saudade.** Ano I, Nº. 01 / Guadalupe 27 de dezembro de 1975, p. 04.

conformismo com os fatos. E vinculado a esse assunto se pode notar na frase “Mas nada valeram os protestos que alguns menos compreensivos esboçaram aos promotores da triste mudança” não existiu apoio aos que não compraram a ideia de mudança para outras terras.

O texto também apresenta ambiguidades, embora haja uma tendenciosidade e um conformismo com a mudança, em sua maior parte ele se posiciona contra o “progresso” destacando a tristeza do povo. Porém, em alguns trechos ele fala da ignorância do povo e de um determinismo frágil (“não havia mais nada o que fazer”). Apesar, de tudo isso, tanto o texto como o próprio jornal, foram bem-aceitos, além de terem sido bem divulgados na época, sendo possível de perceber na fala do ex-prefeito João Cardoso de Alencar (2013) “eu tenho aqui sabe, algumas páginas do Jornal da Saudade, muito importante pra gente guardar de lembrança, tanto a história como a primeira festa da saudade”. Assim, fica claro o papel deste jornal para a sociedade guadalupense.

Sobre a “Festa da Saudade” realizada em dezembro de 1975, representou um acontecimento marcado de significados cívicos, históricos e festivos. Com direitos a homenagens ao fundador Alexandrino Moreira Mousinho. O coronel João Alencar (2013) fala da comemoração “Bem a Festa da Saudade, foi quando completou oito anos de cidade, e todo mundo naquela lembrança, ai o Dimas [filho do Seu Beija Fonseca] e outras pessoas promoveram a festa, ai a gente foi, o governador também estava lá”.

O professor Ronaldo Mousinho (2013) também a descreve:

O encontro para o conagraçamento surpreendeu pela quantidade de presença da população guadalupense. Afora as autoridades da capital, representadas pelo governador Dirceu Mendes Arcoverde e sua comitiva, compareceram o Sec. De Justiça do Estado, Dep. Sebastião Rocha Leal; Dep. Federal Francelino Pereira dos Santos, presidente da Comissão do Polígono das Secas; Dep. Federal João Clímaco de Almeida; ex-deputado Milton Brandão que dedicou intensa luta pela construção da Hidrelétrica de Boa Esperança; e Dr. José Júlio Guimarães Lima, Subprocurador Geral da Justiça no Distrito Federal; Major Joel da Silva Ribeiro, Presidente da Cepisa – Centrais Elétricas do Piauí S/A, além de prefeitos de Teresina, Floriano, Jerumenha, Marcos Parente, Antônio Almeida, Landre Sales, Bertolínia, Urucuí e Nova Yorque-MA. O dia foi curto para tão intensa programação: discursos, missas em ação de graça, visitação à Represa que submergiu a cidade, momento mais forte de emoção e pranto para aquela multidão e, para fazer o contraponto, farto churrasco e muita bebida. (MOUSINHO, 2013, p. 161 e 162).

Por meio, desta descrição, é presumível o prestígio e a importância que Guadalupe ganhara com a construção da usina hidrelétrica, vista a quantidade de autoridades políticas presentes na “Festa da Saudade”, efetuada após passados oito anos da transferência da cidade. Adicionado a essas autoridades, a grande quantidade de guadalupenses, fato que demonstra a sentimento de apego e saudade com a velha Guadalupe.

Outro fato que desejamos destacar é o discurso do deputado federal João Clímaco de Almeida, em uma pronuncia na Câmara Federal, “com o coração voltado às origens”, por ocasião do oitavo aniversário do desaparecimento da sede do município de Guadalupe, que deu lugar às águas da Barragem de Boa Esperança, a seguir um trecho do discurso:

Pois bem, Sr. Presidente, ali nas ribanceiras do Velho Monge [rio Parnaíba] erigia-se essa pequena comunidade composta, na sua sede, de 243 homens e 280 mulheres, abrigando em todo o seu espaço físico uma população de 7. 409 habitantes, tudo conforme espelham os dados estatísticos inseridos na Enciclopédia dos Municípios. A faina do seu povo consistia na plantação rudimentar da cana-de-açúcar, arroz, feijão, mandioca, milho e, notadamente, extração da cera de carnaúba. A artéria natural para a circulação de suas riquezas e o contato com outras comunidades era o rio Parnaíba, berço do seu nascimento e leito de sua sucumbência.

A segunda metade da década de 50 prenunciava mudanças bruscas na vida tranquila da paisagem bucólica que circulava a terra guadalupense. As máquinas do progresso chegaram para construir o desenvolvimento do Nordeste. A antiga cachoeira da Boa Esperança, lembrada apenas como se fora o Cabo das Tormentas das balsas que demandavam o norte do Estado, cedeira lugar à Hidrelétrica de Boa Esperança para, com seus 216.000 quilowatts planejados, impulsionara o progresso das três unidades da federação Piauí, Maranhão e Ceará, atualmente interligadas com o sistema hidroelétrico do São Francisco (CHESF).

O preço do desenvolvimento exigia que Guadalupe fosse submersa pelas águas tranquilas e pacífica do Velho Monge que, desde a origem, ornaram-lhe a paisagem. O calendário da história de Guadalupe registra 8 de dezembro de 1967 como a data do seu ÊXODO, da saída do seu povo em procissão magnífica, sob a proteção: de Nossa Senhora de Guadalupe, em busca da nova terra.

Agora, ao ensejo do oitavo aniversário desse acontecimento, o povo em consenso geral resolveu reverenciar a sua antiga cidade, promovendo, às margens do grande lago da hidrelétrica de Boa Esperança, a FESTA DA SAUDADE, nos dias 26, 27 e 28 de dezembro próximo, oportunidade em que, ao vivo, serão reconstruídas as tradições que nortearam a vida daquela sempre lembrada cidade piauiense.

Manifesto, como filho de Guadalupe, os meus aplausos à iniciativa desses festejos que, na síntese dos seus altos propósitos, significação do seu mais acendrado amor existente entre os filhos da comunidade.

Antevejo, no final das comemorações programadas, quando do regresso a Nova Guadalupe, que muitos balbuciarão as palavras sentimentais do nosso grande poeta Da Costa e Silva:  
 “Saudade! Ó Parnaíba, velho monge,  
 As barbas brancas alongando...  
 e, ao longe o mugido dos bois  
 de minha terra”  
 Era o que tinha a dizer.  
 Sala das Sessões, em 28 de novembro de 1975.<sup>14</sup>

Este discurso pronunciado pelo deputado Clímaco, é apresentado como mais uma forma de exaltação à cidade desaparecida, embora, por mais que o sentimento de saudade lhes “tocassem”, a perda dessa cidade foi inevitável, em contrapartida para os ganhos da “obra do progresso”.

Mas, como estava sendo vista a Nova Guadalupe, em âmbito nacional. O “Memorial de Porto Seguro” nós dá uma ideia,

Guadalupe passou a ser conhecida no âmbito nacional já possuindo Aeroporto com capacidade para mais de 40 aeronaves, como aconteceu na instalação da cidade, linha de ônibus, telefone, e mais tarde o asfalto de Floriano feito pelo BEC (Batalhão de Engenharia e Construção), escolas com 2º grau, sem falar na Unidade Escolar “Ebenezer Gueiros”, um dos ensinamentos de grande reconhecimento com professores colhidos no Recife até já possuindo curso de Auxiliar de Administração de Empresa com vários alunos já possuidores de Diploma.<sup>15</sup>

Na Revista Mafrense, nas reportagens sobre o “Roteiro das Cidades Piauienses”, também nós traz outra abordagem exterior a respeito da Guadalupe Nova:

A hoje cidade de Guadalupe obedece às técnicas mais modernas de estilo de construção, com praças e ruas largas, padaria, moderno hotel, hospital, Igreja e outros prédios de fachada moderna. A zona urbana divide-se entre o centro, onde está localizada a sede da COHEBE, a DEMABE [Departamento Municipal de Habitação], Prefeitura Municipal, Hotel luxuoso a Igreja e outros estabelecimentos comerciais, além das modernas residências; bairro “Cruzeta”, com mais de 600 famílias, com zona comercial bem movimentada, bairro Boa Esperança, onde está localizada a Usina Presidente Castelo Branco, bairro Nova Parnaíba [atual Vila Parnaíba], com residências luxuosas e Aeroporto dos melhores do Nordeste e bairro do Coqueiro, onde está localizado o Mercado principal e Feira livre.<sup>16</sup>

<sup>14</sup> **Jornal da Saudade.** Ano I, Nº. 01 / Guadalupe 27 de dezembro de 1975.

<sup>15</sup> SECRETARIA DE ESPORTE, TURISMO E LAZER, 2008, p. 09.

<sup>16</sup> Revista: Mafrense. Diretor: J. Miguel de Matos. Ano?. Nº ?, p. 18.

Apesar de todas essas repercussões, estes recursos que o Memorial e a Revista Mafrense se referem, só foram terminados anos depois da mudança, pois como foi possível perceber anteriormente na fala de Dona Belinha (2013) no começo tinha só as casas, a Igreja, a Prefeitura e a mata. O mesmo constatamos na entrevista de dona Maria Amélia Matos Fonseca, em seu depoimento para o historiador Marconis Fernandes Lima, o que para nós não foi disponível, posto que a depoente já faleceu há alguns anos.

Quando eu cheguei aqui, aí pra transportar o tanto de roseira que tinha em jarro e tanta planta, que eu tinha três jardins lá [cidade velha], a coisa mais linda do mundo! E quando eu cheguei aqui [cidade nova], **aqui era tudo só mato, num valia nada! Entregaram essa cidade pra nós como que agente fosse algum ANIMAL!** Que eu acabei com a vida deles! Eles num gostavam de mim nas reuniões! Aqui não tinha muro, aqui não tinha nada! Aí a gente foi fazer tudo. Quando foi de manhã, meu Deus eterno, num tinha mais uma planta, os jumentos vieram e comeram tudo! Oh meu filho eu quase enlouqueci, minha tristeza dobrou! Não tinha água ainda pra nós! Tinham água de cisterna, eu fui ao menos tomar um gole, quase boto as tripas de vomitar! Meu Deus eterno o quê que é feito de mim nesse lugar! Valha meu Senhor Jesus Cristo! Tivemos que apanhar água do rio e trazer pra nós, por que ainda num tinha tratamento de água; e quando começou, que foi a limpeza dessa água com esse cloro, rapaz botaram demais, muita gente quase botava as tripas. Aí foi chamando a atenção; aí foi que diminuiu, aí a gente foi se acostumando; mas eu ainda hoje não me acostumei. [...] Você olhava por aqui só tinha mato, um sofrimento muito grande! (FONSECA, 2006, Apud, LIMA, 2007, p. 177, grifo do autor).

Neste depoimento, compreendemos o quanto foi doloroso o processo de mudança na vida dos guadalupenses, pois somado a perda da cidade onde nasceram e cresceram ainda teve a fase de adaptação com a nova cidade. Esses choques de adaptação, a professora Maria do Carmo havia comentando, quando a mesma fala “Olha o que nós sofremos invés do pessoal da CHESF se adaptar com nosso costume, nós que tivemos que nos adaptar com o deles”.

Sendo assim, concluímos que se o progresso veio a nova cidade de Guadalupe, ele não foi tão repentino, já que os guadalupenses tiveram que enfrentar muitas dificuldades a princípio. Como também, no próximo tópico demonstraremos que nem todos os guadalupenses foram beneficiados de forma igualitária pela COHEBE.

### **3.2. Vila Parnaíba e o seu processo de construção como vila operária na década de 1960.**

Primeiramente, antes de prestar a devida abordagem ao objeto em análise, gostaríamos de fazer um breve contexto do momento em questão. Porque, para se chegar a entender a Vila Parnaíba como uma vila operária, teremos que partir do contexto em que esse processo de vila se originou.

Para situar o objeto de análise é preciso considerar o contexto histórico nacional da década de 1960, que era de crise, advinda desde o colapso da hegemonia da classe dominante, as oligarquias dominantes, em 1930, quando setores descontentes se associaram à classe média urbana, e assumiram o poder: como consequência houve a intensificação da urbanização e da industrialização no Brasil, provocando, entre outros aspectos, o aumento das migrações para as grandes cidades e mudanças significativas no meio rural. E depois veio o Golpe Militar de 1964 (regime que persistiu durante 21 anos) que assinalou para a transição de um novo modelo, no qual o Brasil mantinha suas relações econômica, política, cultural e militar, com a América Latina e os Estados Unidos da América, garantindo a hegemonia da burguesia industrial associada ao capital internacional.

Agora trazendo este mesmo contexto para o regional, Moura (2010) nos informa que, durante a administração Petrônio Portella Nunes (1963/1966), podemos destacar alguns pontos que ocorreram durante esta gestão, como a elaboração do I Plano de Desenvolvimento Econômico e Social do Estado, o início das construções da usina de Boa Esperança, os esforços para a criação da Universidade Federal do Piauí, a ampliação da rede de ensino, além de incentivos para a criação de uma Faculdade de Medicina no Estado.

Foi a partir do século XIX, que o processo de urbanização e a Revolução Industrial se acentuaram na Europa e com isso causou grandes transformações demográficas nas cidades europeias, como também essas mudanças se refletiram sobre as moradias,

É nessa ótica que surgem, em 1822, as propostas do filósofo francês Charles Fourier, cujo principal emblema é o Palácio Societário ou Falanstério, concebido como um grande edifício onde, além das habitações para três mil e quinhentas pessoas, alguns equipamentos de uso coletivo complementar a vida doméstica comunitária. (TRAMONTANO, apud VIANA, 2004, p.5).

Nesse momento, essas experiências de vilas vão sendo cada vez mais ampliadas e estabelecidas em quadras e fileiras, mas sempre bem próximas a alguma fábrica. E o mesmo ocorre no Brasil,

A partir das duas últimas décadas do século XIX até os anos quarenta do século XX, difundiu-se largamente pelo Brasil a prática de criação de vilas operárias em cidades e de núcleos fabris em localidades rurais. Existem duas modalidades distintas de vilas operárias: a primeira, como assentamento habitacional, patrocinado por empresas e voltado a seus funcionários – vila operária de empresa – e a habitação promovida por investidores privados e voltada ao mercado de locação – vila operária particular. Algumas vezes, essas habitações confundiam-se com o espaço urbano existente, já que possuíam as mesmas características físicas. (VIANA, 2004, p. 6).

Mas para entender melhor esse processo na ótica brasileira, embasar-nos-emos na historiadora Margaret Rago (1985), que em sua obra “Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar. Brasil 1890-1930”, aborda as vilas operárias de São Paulo, mas principalmente do Rio de Janeiro, e esclarece que essas realizações contribuem para a manutenção das relações paternalistas entre patrões e empregados. E por essas habitações se distanciarem dos centros das cidades, atendendo os requisitos dos reformadores burgueses, elas passam a ser uma fonte de investimento financeiro.

A habitação do pobre não escapará ao desejo de disciplinarização do proletariado manifestado pelos dominantes. Na moradia operária, a burguesia industrial, os higienistas e os poderes públicos visualizam a possibilidade de instaurar uma nova gestão da vida do trabalhador pobre e controlar a totalidade de seus atos, ao reorganizar a fina rede das relações cotidianas que se estabelecem no bairro, na vila, na casa e, dentro desta, em cada compartimento. Destilando o gosto pela intimidade confortável do lar, a invasão da habitação popular pelo olhar vigilante e pelo olfato atento do poder assinala a intenção de instaurar a família nuclear moderna, privativa e higiênica, nos setores sociais oprimidos. (RAGO, 1985, p. 163).

A autora quer dizer que essas novas habitações populares seria uma nova forma dos industriais, estrategicamente disciplinar e submeter seus empregados. É o que também apresenta o historiador Sidney Chalhoub (2001) em “Trabalho, Lar e Botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque”, no qual ele discute as relações de “Patrão e empregado” e “Senhorio e inquilino”. E no que

diz respeito a habitação popular, Chalhoub afirma que a segregação habitacional já era um grande passo de estruturação das classes de uma sociedade pré-capitalista.

Entretanto deve-se esclarecer que, o que foi exposto foi a idéia inicial de vila operária na Europa, depois o seu contexto nas cidades de São Paulo e Rio de Janeiro na análise dos autores Rago (1985) e Chalhoub (2001), para que pudessemos adentrar na reflexão e análise das vilas operárias da cidade de Guadalupe-PI, destacando o Bairro Vila Parnaíba. Devido o fato de cada uma dessas regiões e vilas conter suas respectivas particularidades e especificidades.

Assim, a Vila Parnaíba constitui-se como um bairro da cidade de Guadalupe.



Foto 06: Rua Quadra 04 no Bairro Vila Parnaíba, em 2013.  
Fonte: Arquivo Pessoal de Fagna Alves Sá.

A história desse bairro, dentre outros, começa com a construção da Barragem de Boa Esperança em Guadalupe, dessa forma, segundo informações do IBGE (Instituto Brasileiro Geográfico e Estatístico).

Foi criada a COHEBE (Companhia Hidrelétrica da Boa Esperança), em 29 de julho de 1963, cujo “fim específico é promover o aproveitamento hidráulico do rio Parnaíba, no local denominado Boa Esperança”. Os trabalhos preliminares, objetivando a construção de uma barragem no curso médio daquele rio, foram iniciados a 24 de fevereiro de 1958, pelo DNOCS [Departamento Nacional de Obras Contra as Secas]. (IBGE, 2010).

A COHEBE foi responsável por construir moradias tanto para as pessoas que iriam se mudar da cidade, quanto também construir moradias para os seus futuros trabalhadores, e com isso na atual Guadalupe, foram criados os bairros Vila Boa Esperança (mais conhecida como Quadra) e a Vila Parnaíba, que sendo assim podemos considerá-las Vilas Operárias, pois, compartilhamos do pensamento de Viana (2004) que,

Afastando-se do ambiente das grandes cidades, visto como fonte de perigos sanitários, morais e políticos, ampliou-se o controle das circunstâncias que envolviam o cotidiano operário nos assentamentos que criaram o que possibilitou aos industriais, a chance de obter um grupo de trabalhadores mais produtivo e submisso. Era o caso das numerosas vilas de companhias ferroviárias e de energia elétrica. No caso das indústrias têxteis, o alojamento de mestres, contramestres e outros trabalhadores especializados, então escassos, foi outro fator que levou muitas empresas a construir vilas. (VIANA, 2004, p. 9).

Por isso que neste trabalho nos propusemos a investigar a partir do olhar do outro, no caso, os moradores do bairro da Vila Parnaíba, toda essa discussão que está envolvendo as vilas operárias. Contudo, de agora em diante, é através desses depoimentos que poderemos conhecer o outro lado da questão, ou seja, a experiência desses moradores que viveram e ainda hoje vivem nessa vila operária.

Mas para obtermos uma melhor compreensão sobre este bairro Vila Parnaíba, teremos que entender melhor o significado de bairro. Para Michel de Certeau, significa

[...] o domínio onde a relação espaço/tempo é a mais favorável para um usuário que deseja se deslocar por ele a pé saindo de sua casa. Por conseguinte, é o pedaço de cidade atravessado por um limite distinguindo o espaço privado do espaço público [...]. (CERTEAU, 2008, p. 41).

E da mesma forma que este pedaço da cidade (o bairro) acaba se tornando um espaço privado desse meio urbano público, existe um lugar no bairro que é mais particular ainda para estes usuários, como por exemplo,

Cada um deles tem, com os limites que lhe são próprios, a mais alta taxa de controle pessoal possível, pois tanto aquele como esta, são os únicos "lugares" vazios onde, de maneira diferente, pode se fazer aquilo que se quiser. (CERTEAU, 2008, p. 43).

Então, é nas casas ou moradias, que essas pessoas vão poder fazer uma utilização desejada do seu espaço, ao contrário, do espaço público da cidade.

Porém, esses lugares não sobrevivem isoladamente, pois um é interdependente do outro, pois “[...] tirar um ou outro é o mesmo que destruir as condições de possibilidade dessa vida” (CERTEAU, 2008, p. 43), ou seja, a vida cotidiana no meio urbano.

E partindo da análise de vida cotidiana tanto no meio público (urbano) quanto no meio privado (o bairro e a moradia), é que podemos extrair algumas experiências de vida dos seus usuários.

E segundo o depoimento de um dos entrevistados, o senhor Florismar de Sá Pereira<sup>17</sup> (2013), que além de empregado da CHESF, também foi um dos trabalhadores contemplados com uma das casas da Vila Parnaíba, ele conta que, “tive a oportunidade de poder escolher entre algumas das casas que estavam vagas” e foi morar nesse bairro com sua família em 1993, onde lá reside até hoje. Em sua fala demonstra várias vezes certa gratidão e satisfação de ter trabalhado para essa empresa durante 28 anos.

Um fato interessante e que merece um destaque neste depoimento, é quando o senhor Florismar, se recorda das festas de confraternização, organizadas pela CHESF para os empregados e a família. “Essas festas geralmente comemoradas todos os anos, especialmente nos dias das Mães, dos Pais, Natal e Ano Novo”. Aqui é importante analisar, como se desenvolve essas relações de trabalho entre patrão e empregado, antes, já observados por Rago (1985), que a intenção dos industriais, para com seus empregados, com essas festas seria “neutralizar seus sentimentos de revolta e estabelecer laços emocionais de dependência paternalista”. Essa é, por exemplo, uma das estratégias para conter possíveis greves.

Nesse sentido, colhemos o depoimento de outro morador do bairro Vila Parnaíba, a senhora Maria da Conceição Santos Ferreira<sup>18</sup> (2013), ela conta que assim que chegou em Guadalupe em 15 de novembro de 1972, não encontrou casas vagas em nenhum dos dois bairros operários, já que seu marido era um empregado tinham o direito, mas foram informados que logo ia desocupar uma das

---

<sup>17</sup> O senhor Florismar de Sá Pereira, foi um antigo morador de Guadalupe “Velha” (assim denominada depois da inundação, construção da Barragem de Boa Esperança e da transferência para a atual Guadalupe). Trabalhou na CHESF durante 28 anos, inicialmente nos Setores Pessoais, depois como Auxiliar Técnico e atualmente encontra-se aposentado.

<sup>18</sup> A senhora Maria da Conceição Santos Ferreira, é casada com o senhor Enoque Ferreira da Silva, um antigo empregado da CHESF e com quem ela teve três filhos. Ela é natural de Teresina, mas quando se casou veio morar em Guadalupe em 1972.

casas na Vila Parnaíba e que por enquanto tiveram que permanecer no Hotel de Guadalupe, que também pertencia a CHESF. Ela relatou que,

Lá no hotel era muito bom, sempre bem tratados. Ai no dia 22 de fevereiro de 1973, a gente foi morar na casa da Vila Parnaíba. Quando cheguei aqui só tinha as casas mesmo. Essa praça [José Noé da Fonseca] aqui não tinha só no mandato do prefeito Georgiano Lima é que ela foi construída. (FERREIRA, 2013).

Segundo Dona Maria da Conceição Ferreira, quem construiu essas moradias, foi a empresa Mendes Júnior, e quem morava nessas casas eram os seus funcionários, mas a empresa foi embora em 1975, sendo assim, as casas ocupadas foram entregues aos trabalhadores da CHESF. Diante desse exemplo, fica perceptível que não havia casas para todos os trabalhadores da COHEBE ou da CHESF, estes ficavam em segundo plano, podendo tomar “posse” do imóvel apenas quando ele estava desocupado, pois a prioridade era para os empregados das empresas construtoras dos imóveis e da usina.

E sobre os outros “benefícios” que a CHESF oferecia, além das casas, ela recorda que,

No tempo da CHESF era bom demais, tinha lazer e diversão (principalmente aos domingos) pra família toda, nos clubes; tinha escolas muito boas para os nossos filhos estudar; tinha as Cooperativas da CHESF, com caminhões de outras cidades, carregados de alimentos pra gente comprar, por que na época era muito escasso, por causa da cidade que ainda era nova e estava em construção. (FERREIRA, 2013).

Podemos perceber na fala de Dona Maria da Conceição Ferreira, que aquilo que era oferecido pela CHESF aos seus funcionários e sua família, era muito bom e estas coisas eram vistas com bons olhos a todos, devido a essas oportunidades que eles tinham.

O depoimento do senhor Nelson Marcelino Gomes<sup>19</sup> (2013), não se diferencia dessa mesma situação, ele chegou a Guadalupe no dia 1 de setembro de 1966 e logo já trabalhava para a empresa Mendes Junior. Segundo ele, quando chegou a Guadalupe,

---

<sup>19</sup> O senhor Nelson Marcelino Gomes, é natural da Paraíba, trabalhou primeiramente na empresa Mendes Júnior como lanterneiro, depois na COHEBE com a mesma função e por último na CHESF como lanterneiro e logo depois foi soldador, trabalhou ainda nos transportes e na garagem.

Só funcionava a padaria, a igreja [a Matriz da Igreja Católica] e o aeroporto estava em construção. Aqui na Vila Parnaíba só tinha mato e o trator derrubando e limpando tudo, casa só tinha algumas na Quadra 02 [uma das primeiras ruas da Vila Parnaíba]. (GOMES, 2013).

Em relação à construção das casas ele trás informações diferentes das colhidas pela Dona Maria da Conceição Ferreira, para ele quem iniciou a construção das casas foram as empresas contratadas pela COHEBE, “a PRECON, a SIMITRIA, a SADE, a Pereira de Carvalho e a DEMABE que era responsável somente pelas pinturas das casas”. Segundo o senhor Nelson Gomes, durou 12 anos o período da construção da barragem e da usina hidrelétrica, tinha muitas pessoas de fora trabalhando em Guadalupe e muitas também morreram nesses trabalhos. Para ele a Mendes Júnior era encarregada de construir “a parede da Barragem e de deixar as máquinas só no ponto de serem montadas”.

O senhor Nelson Gomes casou-se em 1969, com Francisca Maria de Souza Gomes, com quem teve sete filhos, e nesse mesmo ano ganhou uma casa na Quadra 02, pois,

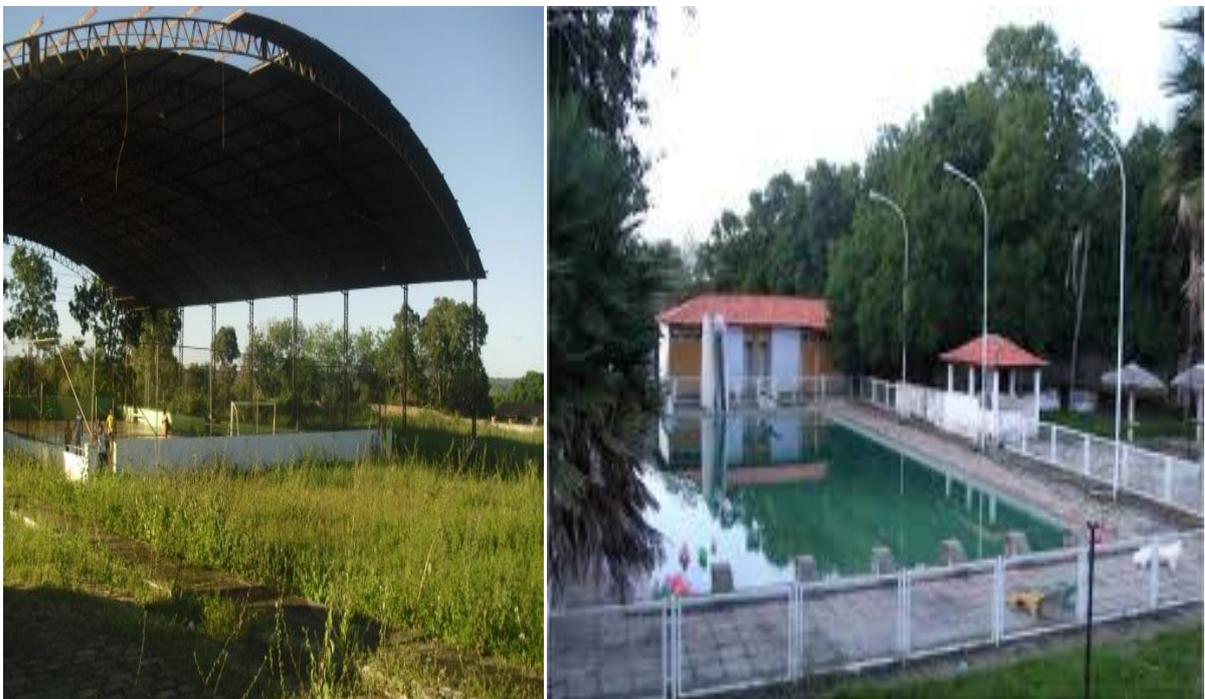
[...] quem morava nessas casas eram os trabalhadores das mesmas empresas que as construíram, e se sobrava, aí nós morava, nós da COHEBE e das outras empresas. Aqui era bom demais tinha restaurante, alojamento para os trabalhadores, o CEDEG [Centro Educacional Ebenezer Gueiros] e o Jardim da Infância, nós não pagava nem água nem luz. Tinha as festas de Natal e Ano Novo, o aniversário da cidade. Tudo isso a CHESF fazia. (GOMES, 2013).

Contudo, encontra-se mesmo é uma unanimidade nas respostas desses entrevistados, com relação às ações da CHESF para com seus empregados e suas famílias. Porém, questionamos por meio dessas declarações dos depoentes, se a situação era favorável a todos, e como percebemos, ficou esclarecido que não, por que esses ditos “benefícios” somente favoreceram aqueles cujo trabalhassem para alguma das firmas aqui já mencionadas.

Então, segundo as informações encontradas nos depoimentos dos entrevistados, a COHEBE, teve o papel de promover a construção da Barragem de Boa Esperança, e também foi a empresa empreendedora da construção das casas desses bairros. Além das casas, construiu todo um aparato de prédios que facilitaria e sociabilizaria a vida dos seus empregados e de sua família. Podemos citar alguns desses ambientes que propunham objetivos específicos e diferentes, que

fornecessem um estratégico conformismo e habitualidade na vida pública e privada daqueles trabalhadores, sendo alguns destes, antigos moradores de Guadalupe Velha.

De acordo com os entrevistados, na Vila Boa Esperança (ou Quadra), foi onde na verdade mais se concentrou esses lugares de sociabilização, como por exemplo, o Clube Mandacarú, com piscinas, bares e um ambiente paisagístico; o Cine Teatro Mandacarú, que fica ao lado do Clube Mandacarú e inclusive há muitos anos não funciona mais; um Alojamento, com restaurante; uma Agência do Banco do Brasil; um Ambulatório, com uma equipe médica à disposição somente dos empregados da CHESF e suas famílias; uma Escola voltada ao ensino infantil, a Escola Jardim da Infância Cleide Gueiros; um Ginásio com cobertura, que funcionava uma quadra de esporte; uma praça, com muitas árvores, um chuveirão público que fica ao centro da praça e finalmente, uma capela da Igreja Católica; além disso, também alguns prédios que funciona a CHESF.



Fotos 07 e 08: Ginásio (Quadra de esportes na Vila Boa Esperança) e o Clube Mandacarú (atualmente pertence a Prefeitura Municipal de Guadalupe) em 2013.

Fontes: Arquivo Pessoal de Fagna Alves Sá.



Foto 09 e 10: A antiga Escola Jardim da Infância Cleide Gueiros (atualmente funciona a Secretária da Educação) em 2013.

Fonte: Arquivo Pessoal de Fagna Alves Sá.

Já na Vila Parnaíba, que é o bairro em questão, percebe-se que já não vai possuir todos esses aparatos, mais permanece alguns deles como, uma Escola, o Centro Educacional Ebenezer Gueiros - CEDEG, que na época do seu auge esbanjava-se de um ensino de alta qualidade, com 1º e 2º Graus e professores qualificados, contratados (pela CHESF) de outra região, grande parte vindos do estado de Recife; o Clube Esperança, que é mais simples em relação ao Clube Mandacarú; o Azeg Clube, próximo ao Clube Esperança e por fim o Aeroporto da Chesf, que funciona até hoje como pista de pouso.



Foto 11: O Clube Esperança (atualmente não pertence mais a CHESF) no bairro Vila Parnaíba em 2013.

Fonte: Arquivo Pessoal de Fagna Alves Sá.



Foto 12: Vista aérea do Aeroporto da CHESF no bairro Vila Parnaíba. Ao centro do lado esquerdo está a pista de pouso, em 2013.

Fonte: <https://maps.google.com.br>; Acesso em: 01/09/2013.

Nesse momento, percebemos que a maioria desses prédios e investimentos se concentra mais na Vila Boa Esperança e para entender esse assunto, voltamos à descrição da Vila Parnaíba através novamente do olhar do outro, pois, além das casas, também existia o lazer nos Clubes Esperança e Azeg, segundo Dona Maria da Conceição Ferreira,

As coisas funcionavam mais lá [Vila Boa Esperança], por que lá tinha mais espaço e todos tinham que ir para lá, por que aqui [Vila Parnaíba] só tinha a escola e o Esperança. No Azeg clube funcionava a Associação dos Jogadores e festas dos dias dos Pais, das Mães e festas juninas. (FERREIRA, 2013).

Também nesse bairro não funcionava somente esses prédios da CHESF, também foram construídas duas praças na Vila Parnaíba, e anos mais tarde o Ginásio esportivo Simorelda Passos (uma professora do CEDEG que faleceu e foi homenageada).



Foto 13: A Praça José Noé da Fonseca no bairro Vila Parnaíba em 2013.  
Fonte: Arquivo Pessoal de Fagna Alves Sá.

A Praça José Noé da Fonseca, de acordo com o depoimento de Dona Conceição foi construída pelo ex-prefeito Georgiano Fernandes Lima, mas no depoimento do senhor Nelson Gomes, entendemos o contrário,

Quem iniciou foi o prefeito João Luís da Rocha no seu primeiro mandato [1985-1989] e quem concluiu foi Georgiano. O nome da Praça José Noé da Fonseca, foi dado em homenagem a esse homem, que foi um dos primeiros motoristas da COHEBE, um ex-combatente da Segunda Guerra Mundial e também ajudou muito na mudança para Guadalupe Nova. (GOMES, 2013).

Através das construções dessas duas praças no bairro operário Vila Parnaíba, por meio de uma intervenção municipal da prefeitura de Guadalupe, fica nítido que a CHESF, com o passar dos anos e principalmente com a conclusão das obras da usina de Boa Esperança, vai perdendo o interesse em promover mais benfeitorias de sociabilização, como também o sonhado progresso para a nova cidade de Guadalupe.

Com relação ao que mudou nos dias de hoje, em se tratando desses prédios que pertenciam a CHESF, atualmente, grande parte deles não pertencem mais, como por exemplo, o Clube Mandacarú, o Esperança, o Azeg; as escolas Jardim da

Infância Cleide Gueiros e o CEDEG; a quadra de esportes; dentre outros prédios pela cidade. Há alguns anos uns foram cedidos á Prefeitura Municipal e outros foram vendidos, como o Clube Esperança.

Tudo era na Quadra [Vila Boa Esperança] e funcionava lá, acho que por isso asfaltaram lá, mas nem tudo. Enquanto teve a construção, teve tudo isso. Mas depois se acabou e a CHESF cedeu e vendeu. Isso aconteceu com o Clube Esperança, quando o finado Amaro, teve que dar baixa no seu emprego para poder ficar com o Clube Esperança, e ele tinha até um contrato. (GOMES, 2013).

Para o senhor Nelson Gomes, a CHESF só teve interesse em conservar estes lugares, somente durante o período de construção da Barragem e da usina, depois não teve mais interesse em mantê-los. Já Dona Maria da Conceição Ferreira, acredita que os motivos foram outros, como, “crises financeiras, ai a CHESF teve que doar, como por exemplo, o Hospital”.

O mesmo ocorreu também com algumas das habitações desses bairros operários, hoje ocorre de alguns dos seus antigos moradores venderem a desistência<sup>20</sup> de suas casas, e muitos deles acaba indo embora para outra região.

Essas pessoas compravam a desistência, e continuavam pagando uma taxa de mais ou menos três reais, ai eles tem que ir pagar todo mês na comunidade da CHESF, já que os antigos donos pagavam essa mesma taxa só que já vinha descontada no pagamento dos trabalhadores. (FERREIRA, 2013).

Essas desistências muitas vezes o corriam devido, segundo essa entrevistada, por causa da situação em que se encontram as vilas no presente momento, também por questões de dar uma melhor educação aos seus filhos, muitos foram embora (especialmente para Teresina), por que aqui não têm mais escolas tão boas como antes. E no caso, a CHESF, não se interessava mais, como antes por essas vilas operárias. Elas, com todo o seu aparato aqui apresentados, só foram mantidas e cuidadas durante um determinado período, como o próprio entrevistado Nelson Gomes, já havia colocado anteriormente.

---

<sup>20</sup> Segundo Maria da Conceição Ferreira, é quando acontece a desistência de um trabalhador que reside nessas casas, no caso operárias. O inquilino desiste do contrato feito e ganha uma indenização, se for o caso, do morador ter construído alguma benfeitoria na casa.

Outro depoente, o senhor Antônio Gomes<sup>21</sup> (2013), nos fornece mais informações a respeito do desligamento da CHESF com os seus respectivos bairros operários.

Bom, os imóveis da CHESF, pertencentes ali ao acampamento de Boa Esperança e com relação a distração e o lazer, são em função de contenção de despesas e por recomendação superior a CHESF vem passando esses prédios a cargo da prefeitura municipal. E que por bem, deve continuar com área de lazer aos seus servidores e ao povo em geral de Guadalupe. E com relação à Vila Parnaíba, a CHESF construiu os imóveis, o terreno hoje pertence à União, mas a CHESF é a proprietária da benfeitoria de imóveis. Hoje, é um total de 214 imóveis da CHESF e o terreno da União. Com relação ao aeroporto, ele também é da União mesmo sendo administrado pela CHESF, mas é ela que tem o cuidado de manter o aeroporto em condições de uso de aeronaves, só como administradora, por que o aeroporto pertence à União. (GOMES, 2013).

Com esse depoimento, entende-se que foi por questões de controle de despesas, que já não mais lhes favoreciam e nem lhes interessavam. Com relação às casas operárias e as desistências, o depoente Antônio Gomes afirma,

Eles são ocupantes [os funcionários e moradores das casas], são sempre ocupantes do imóvel, só ocupantes, por que a CHESF não pode vender, por que até a lei não permite vender esses imóveis, por que imóvel de entidade pública não pode ser vendido a terceiros e particulares, ela pode fazer o que ela fez com a prefeitura, cedeu pra prefeitura, foi exceção, mas não pode fazer o mesmo processo com funcionários, com a pessoa física não pode ser feito não. Então hoje os funcionários da CHESF eles moram lá, mas moram sobre exceção provisória. E a desistência, aqui existe muito a desistência de alguém que passou a desistência pra outro. Isso ai é uma forma ilegal de transferência de imóvel, por que a gente só pode fazer a transferência, vender o bem quem é o proprietário, então eles fazem venda, mas não são proprietários, eles dizem assim: Estou vendendo a chave [modo de se referir ao imóvel]. É uma transação totalmente irregular. Mas a CHESF sabe disso, ela sabe, só que quando a CHESF checa alguns detalhes sobre a transação às pessoas negam, entendeu. É, pois é não isso aqui fulano me cedeu pra morar, mas não paguei nada não, isso é normal, né, tá acontecendo demais. E esses procedimentos não acontecem só aqui não, em todos os acampamentos da empresa acontece isso. (GOMES, 2013).

Assim sendo, compreendemos essas ações de desistências das moradias por parte dos funcionários da CHESF, e que em sua grande maioria já se encontram na posição de aposentados, como um reflexo do desinteresse desta empresa na manutenção dos seus órgãos que antes beneficiavam esses funcionários e familiares, posto que a maioria das desistências seja motivada por buscarem

---

<sup>21</sup> Antônio Gomes é natural de Guadalupe-PI, funcionário da CHESF e trabalha na função de Assistente Técnico Jurídico, atualmente reside e trabalha na cidade de Teresina.

melhores condições de viver, especialmente, melhores estudos para seus filhos em outras cidades. Tendo no dinheiro da venda, uma renda para iniciar essa nova vida.

Na análise do processo de formação e crescimento das vilas operárias, seguindo o pensamento da autora Viana (2004), duas opiniões frequentemente se confrontam. De um lado, estão aqueles que entendem como um benefício concedido pelos patrões aos operários, um símbolo de ordem, limpeza, eficiência. Por outro, estão aqueles que, criticamente, entendem as vilas operárias como uma estratégia de desterro e confinamento, bastante eficiente no que se refere ao controle do trabalhador, dentro e fora do seu espaço de trabalho.

A Vila Parnaíba sofreu muitas transformações urbanas e sociais, apesar de ser uma vila operária, comparando-a com o seu passado aqui um pouco apresentado e refletido. Houve transformações nos espaços que antes eram privatizados pela CHESF e exclusivos aos seus funcionários. Ocorreram também mudanças nas formas de posses das casas.

Dessa forma, podemos avaliar que esses trabalhadores e suas respectivas famílias perderam certos privilégios que antes lhes eram atribuídos e o que permaneceu disso tudo foram apenas boas lembranças e gratidão. Mas, por outro lado podemos perceber novamente na fala do senhor Nelson Gomes, que esses privilégios só se mantiveram naqueles tempos.

Daí então, concluímos que ocorre é uma desmitificação dessa ideologia de assistência social das obras desses industriais, pois, partindo da situação estrutural que se encontra hoje, tanto a Vila Parnaíba como a Vila Boa Esperança, esses benefícios não passaram de estratégias econômicas que ocorrem nas relações entre Patrão/empregado. Além de esses benefícios apresentados terem auxiliado apenas um pequeno núcleo urbano, pois até então, não foram favoráveis a todos os guadalupenses, principalmente, os que sofreram com o adeus a Guadalupe Velha e com a transferência e habituação na nova Guadalupe.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A história da cidade de Guadalupe-PI, embora tenha muitas controvérsias, um fato inegável foram as constantes mudanças e transformações urbano sociais em que os guadalupenses tiveram que enfrentaram desde o seu processo de formação. E a incessante presença das águas do rio Parnaíba, sendo um determinante ora, natural, ora por ações humanas.

Pois, a primeira interferência foi durante a enchente que acabou alagando o primeiro núcleo urbano de Porto Seguro, só que do lado maranhense. A segunda foi por causa da construção da Barragem de Boa Esperança, localizada na antiga cachoeira de Boa Esperança, que ficava bem próxima ao município da até então recente cidade emancipada e já com um novo nome, Guadalupe, que era Porto Seguro-PI.

Embora, esta segunda interferência no curso tranquilo daquela pequena cidade, tenha ocorrido devido a grande onda de modernização crescente no Brasil, principalmente na região do nordeste, que era a região mais atrasada do país. E para que ocorresse o aumento da industrialização, foi necessário o desenvolvimento da infraestrutura, e com isso começam a construir várias usinas hidrelétricas.

A SUDENE e o DNOCS foram os órgãos responsáveis pelas iniciativas do Projeto da Usina Hidrelétrica de Boa Esperança. Com o intuito de trazer o progresso para os estados da Piauí e Maranhão, que na época não detinha de energia elétrica suficiente para investir no mercado industrial.

Procuramos, nesse trabalho, apresentar os discursos que foram produzidos para justificar a construção da Barragem de Boa Esperança na cidade piauiense de Guadalupe, sabemos que houve melhorias em certos setores e em outros não, porém, compreendemos que essa obra não foi tão redentora como os seus defensores e apoiadores diziam. Neste contexto, nos empenhamos apenas na cidade de Guadalupe, contudo, no geral ela pouco contribuiu para o desenvolvimento dos estados do Piauí e Maranhão, visto que recentemente muitas cidades e povoados do interior desses estados ainda não possuíam energia elétrica.

Conseguimos responder umas das maiores problemáticas levantadas nessa pesquisa, ou seja, saber se houve movimentos ou formações de grupos contrários a construção da Barragem de Boa Esperança e especialmente, contra a mudança

para outra localidade. Obtivemos o resultado de que, não existiu um movimento ou um grupo articulado e organizado. Mas, isso não significa dizer que não houve resistências, elas existiram só que em sua maioria individuais, o que não surtiu efeito nem resultado, pois não tiveram nenhum apoio, inclusive político, já que esses se demonstraram mais a favor da obra e do desejado progresso.

Aos moradores da velha Guadalupe, restam somente as lembranças e as saudades daquela vida simples, humilde e bucólica. Saudades das ruas, das casas, do lazer no porto, das balsas que transitavam naquela região, dos seus entes queridos que permaneceram unidos, junto com a cidade debaixo d'água. Restaram-lhes apenas saudades e nada mais.

## REFERÊNCIAS

### BIBLIOGRÁFICAS

AGUIAR, Robério Bôto de. **Projeto cadastro de fontes de abastecimento de água subterrânea, estado do Piauí: diagnóstico do município de Guadalupe.** Fortaleza: CPRM – Serviço Geológico do Brasil, 2004.

CALVINO, Ítalo. **As cidades invisíveis.** São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CERTEAU, Michel de. Caminhadas pela cidade. In: **A invenção do cotidiano: 1. Artes de fazer.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2008. P. 169-191.

CERTEAU, Michel de. O bairro. / Os fantasmas da cidade. / Espaços privados. In: **A invenção do cotidiano: 2. Morar, cozinhar.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2008. P. 37-45; 189-207.

CHALHOUB, Sidney. **Trabalho, Lar e Botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque.** 2ª ed. Campinas, SP editora da Unicamp, 2001.

CORRÊA, Roberto Lobato. **O espaço urbano.** 4 ed. São Paulo; Ática, 2000.

COSTA FILHO, Alcebíades. Atividades econômicas e sociedade. In. **A escola do sertão: ensino e sociedade no Piauí (1850-1889).** Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 2006. p. 23-72.

FOUCALT, Michel. **A arqueologia do saber.** Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000.

LE GOFF, Jacques. **A história nova.** São Paulo: Martins Fontes, 1998.

LIMA, Marconis Fernandes. **CIDADE DA BOA ESPERANÇA: Memórias da construção da usina hidrelétrica em Guadalupe-Piauí.** Dissertação (Mestrado em História do Brasil) – Universidade Federal do Piauí, Teresina, PI, 2007.

LIMA, Solimar. Formas de controle e resistência dos trabalhadores escravizados nas fazendas públicas de pastoreio do Piauí: 1711-1871. In: VAINFAS, Ronaldo; Nascimento, Francisco Alcides. **História e historiografia. Recife.** Ed. Bagaço, 2006, p. 433-458.

MORAIS, Eliane Rodrigues de. **De Papagaio a Francinópolis.** Teresina: EDUFPI, 2008.

MOTT, Luiz R. B. **Piauí colonial: população, economia e sociedade.** Teresina: Fundação Cultural do Piauí, 1985.

MOURA, Iara Conceição Guerra de Miranda. **Historiografia piauiense: relações entre escritas históricas e instituições político culturais.** Programas de Pós-graduação da CAPES, FUFPI/História, 2010.

MOUSINHO, Ronaldo Alves. **Guadalupe: a fênix-luz e sua história.** 1. Ed. – Brasília: Do autor, 2013.

ORLANDI, Eni P.. **Análise De Discurso: princípios e procedimentos.** 1a. edição: Ed. Pontes, 1990.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **Cidades visíveis, Cidades sensíveis, Cidades imaginárias.** Revista Brasileira de História, São Paulo, v. 27, n. 53 de junho de 2007.

POLLAK, Michael. **Memória, esquecimento, silêncio.** Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 2, n.3, 1989, p. 3-15.

RAGO, Margareth. **Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar. Brasil 1890-1930.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

ROLNIK, Raquel. **O que é cidade**. São Paulo: Brasiliense, 1995.

SANTOS, Raimundo Nonato Lima dos. **História, Memória e Identidade na cidade de Timon na década de 1980**. Teresina: UFPI, 2007.

SANTOS, Raimundo N. L. dos. **Timon, uma Flor de Cajazeira: do povoamento à vila**. Timon: 2007.

SILVA, Raimunda Celestina Mendes de. **Guadalupe: 82 anos de História e Transformação**. Teresina: São João, 2011.

SHARPE, Jim. A história vista de baixo. In: BURKE, Peter (org.). **A escrita da História: Novas perspectivas**. São Paulo: Editora da UNESP, 1992.p. 39-62.

THOMPSON, Paul. **A voz do passado: história oral**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

VIANA, Mônica Peixoto. **Habitação e modos de vida em vilas operárias**. Monografia final/USP, dezembro/2004.

[www.ibge.gov.br/cidadesat](http://www.ibge.gov.br/cidadesat). Disponível em:. Acessado em: 27 mar. 2013, 16h14min45.

## **Documentos**

**Jornal da Saudade**. Ano I, Nº. 01 / Guadalupe 27 de dezembro de 1975.

PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO LOCAL SUSTENTÁVEL – PDLS.  
**Diagnóstico Participativo de Guadalupe – PI**, 2001.

SECRETARIA DE ESPORTE, TURISMO E LAZER DE GUADALUPE – PI.  
**“Memorial Porto Seguro” Fundamentos Históricos de Porto Seguro – PI**. 2008.

## Fontes Orais

ALENCAR, João Cardoso de. **Entrevista concedida a Fagna Alves Sá.** Guadalupe – PI: 09/05/2013.

FERREIRA, Maria da Conceição Santos. **Entrevista concedida a Fagna Alves Sá.** Guadalupe-PI: 28/03/2013.

GOMES, Antônio. **Entrevista concedida a Fagna Alves Sá.** Guadalupe-PI: 14/05/2013.

GOMES, Nelson Marcelino. **Entrevista concedida a Fagna Alves Sá.** Guadalupe-PI: 28/03/2013.

MOUSINHO, Maria Almeida. **Entrevista concedida a Fagna Alves Sá.** Guadalupe-PI: 17/05/2013.

MOUSINHO, Maria do Carmo. **Entrevista concedida a Fagna Alves Sá.** Guadalupe – PI: 17/05/2013.

PEREIRA, Florismar de Sá. **Entrevista concedida a Fagna Alves Sá.** Guadalupe-PI: 28/03/2013.